

# ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS EM ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS

VOLUME I



Mônica Aparecida Bortolotti  
Sergio Ricardo Gaspar  
Maricléia Aparecida Leite Novak  
Elizandra Petriu Gasparelo  
[Organizadores]

**ARCO**  
EDITORES

# ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS EM ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS

VOLUME I



Mônica Aparecida Bortolotti  
Sergio Ricardo Gaspar  
Maricléia Aparecida Leite Novak  
Elizandra Petriu Gasparelo  
[Organizadores]

**ARCO**  
EDITORES ● ● ●

Esta obra é de acesso aberto.

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e a autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada.



### **CONSELHO EDITORIAL**

Prof. Dr. Thiago Ribeiro Rafagnin, UFOB.

Prof. Dr. Deivid Alex dos Santos, UEL

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva, UNIDAVI.

Profa. Dra. Camila do Nascimento Cultri, UFSCar.

Prof. Dr. Gilvan Charles Cerqueira de Araújo, UCB.

Profa. Msc. Jesica Wendy Beltrán, UFCE- Colômbia.

Profa. Dra. Fabiane dos Santos Ramos, UFSM.

Profa. Dra. Alessandra Regina Müller Germani, UFFS.

Prof. Dr. Everton Bandeira Martins, UFFS.

Prof. Dr. Erick Kader Callegaro Corrêa, UFN.

Prof. Dr. Pedro Henrique Witchs, UFES.

Prof. Dr. Mateus Henrique Köhler, UFSM.

Profa. Dra. Liziany Müller, UFSM.

Prof. Dr. Camilo Darsie de Souza, UNISC.

Prof. Dr. Dioni Paulo Pastorio, UFRGS.

Prof. Dr. Leandro Antônio dos Santos, UFU.

Prof. Dr. Rafael Nogueira Furtado, UFJF.

Profa. Dra. Francielle Benini Agne Tybusch, UFN.

Msc. Elizandra Petriu Gasparelo, UNICENTRO.

DR<sup>a</sup>. Mônica Aparecida Bortolotti, UNICENTRO.

Msc. Maricléia Aparecida Leite Novak, UNICENTRO.

Msc. Sergio Ricardo Gaspar, ETE Sinop.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Estudos contemporâneos em administração e  
ciências contábeis [livro eletrônico] :  
volume I / organização Mônica Aparecida  
Bortolotti...[et al.]. -- Santa Maria : Arco  
Editores, 2022.  
PDF

Bibliografia.

Outros organizadores: Sergio Ricardo Gaspar,  
Maricléia Aparecida Leite Novak, Elizandra Petriu  
Gasparelo.

ISBN 978-65-5417-032-1

1. Administração de empresas 2. Artigos -  
Coletâneas 3. Ciências contábeis I. Bortolotti,  
Mônica Aparecida. II. Gaspar, Sergio Ricardo.  
III. Novak, Maricléia Aparecida Leite. IV. Gasparelo,  
Elizandra Petriu.

22-125526

CDD-001.42

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Pesquisa científica 001.42

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380



10.48209/978-65-5417-032-1

*Diagramação e Projeto Gráfico: Gabriel Eldereti Machado*

*Imagem capa: Designed by canva*

*Revisão: Organizadores e Autores(as)*

**ARCO EDITORES**

*Telefone: 5599723-4952*

*contato@arcoeditores.com*

*www.arcoeditores.com*

## **SINOPSE**

Esta obra busca reunir estudos contemporâneos em Administração e Ciências Contábeis, realizados em parceria com pesquisadores que preocupam-se com a disseminação de conhecimento. Todos os trabalhos são resultados de pesquisa realizadas em Instituições de Ensino Superior Públicas, o que fortalece a importância da divulgação dos mesmos. Este é o Primeiro volume sobre a temática.

## PREFÁCIO

Convido você a desfrutar conosco, da leitura de cinco capítulos, com estudos contemporâneos em Administração e Ciências Contábeis, que foram desenvolvidos em Universidades do Estado do Paraná, nos últimos anos.

No primeiro capítulo, o estudo é sobre o Valor Justo, conforme os autores, ao longo do tempo a contabilidade vem se adaptando de forma universal, alinhando os procedimentos metodológicos de mensuração e as demonstrações para os seus usuários. Tais mudanças decorrentes deste cenário mundial têm influenciado no entendimento de classificação de seus Ativos, a fim de repassar para seus usuários uma informação com maior comparabilidade, verificabilidade, e principalmente relevância para a tomada de decisão. Através dessas alterações grandes discussões se intensificam ao redor do Valor Justo, método de mensuração que traz consigo certo grau de subjetividade, influenciando significativamente nos valores dos ativos, e inclusive, na visibilidade que a empresa tem passado frente ao mercado competitivo e globalizado. E com base nesses aspectos, o objeto desse estudo é trazer um levantamento das publicações de maneira sistemática acerca do Valor Justo, a fim de demonstrar quais as similaridades das publicações no cenário brasileiro.

Na sequência, um estudo que descreve a atuação dos profissionais da linha de frente do Coronavírus. Conforme as autoras, com a chegada da pandemia do novo coronavírus a área hospitalar sem dúvidas foi a mais sobrecarregada, precisando se adaptar a novos cenários e situações para prestar atendimento aos pacientes. O presente estudo objetivou analisar a taxa de absenteísmo entre profissionais de saúde que atuaram na linha de frente do tratamento de coronavírus entre março de 2020 e março de 2021 no Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais (HURCG) e precisaram se afastar de suas atividades por

estarem com sintomas gripais ou que testaram positivo para COVID-19. Após posse do termo de aceite para a pesquisa cedido pela Diretoria Acadêmica e o Centro de Estudos, Pesquisa e Desenvolvimento do Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais, foram analisados laudos e atestados médicos que continham informações relacionadas ao coronavírus e solicitação de isolamento. Com o aumento dos casos houve também uma necessidade de um quantitativo maior de servidores responsáveis pelo tratamento de coronavírus dentro HURCG, e conseqüentemente uma taxa crescente de absenteísmo dentro destes setores. Os servidores tiveram que redobrar esforços para garantir os atendimentos, no mês de agosto de 2020 havia um setor operando com quase metade de seu quadro em afastamento. Essa pesquisa revelou que entre os meses analisados, maio e agosto de 2020 alcançaram índices de absenteísmo mais expressivos que outros vindo de encontro com o aumento de casos em todo o Brasil com o passar dos meses no primeiro ano de pandemia.

O terceiro capítulo, contempla as políticas de gênero e racial. As crianças e adolescentes negros são significativamente afetados pela segregação racial. Por meio da produção de conhecimento que legitima o racismo, a Psicologia posicionou-se historicamente como cúmplice da sua construção. Desse modo, a presente pesquisa teve como objetivo investigar, por meio de uma revisão bibliográfica, como foi trabalhada, debatida e acolhida a temática do racismo estrutural atinge infância e adolescência de negros e de como esse afeta seus direitos e suas garantias fundamentais na cidade de Maringá, região Norte do Paraná. Portanto, a pesquisa por meio da análise das políticas e ações públicas e de dados dos órgãos governamentais paranaenses que pretendam reduzir as desigualdades instituídas pelos aspectos raciais por meio da psicologia, constatou a baixa produção e interesse por parte do poder público.

Já o capítulo quatro, discute a utilização de recursos públicos em Ciências e Tecnologia no Estado do Paraná. O estudo tem por objetivo analisar o comportamento dos valores investidos na ciência e tecnologia e no ensino superior do estado do Paraná no período de 2015 a 2020. Essa pesquisa é documental e descritiva, os dados foram coletados no portal da transparência do estado do Paraná e foram considerados os valores empenhados e orçados na função 19 - Ciência e Tecnologia e na função 12 - Educação, subfunção 364 – Ensino Superior. Com a análise conclui-se que o estado do Paraná investe uma média de 0,5% em ciência e tecnologia dos valores empenhados totais pelo estado, e investe uma média 5% no ensino superior dos empenhados totais pelo estado. Já em relação aos valores empenhados em comparação ao orçado a função ensino superior possui uma melhor constância nos valores se comparado com os da função ciência e tecnologia. O estado possui dois programas no plano plurianual para investimento em ciência, tecnologia e ensino superior, e considera importante o investido nessas áreas para o desenvolvimento regional, econômico e social.

Por fim, o último capítulo, centra-se na analisar através de indicadores financeiros se os recursos disponibilizados para o setor agropecuário são suficientes para custear os investimentos e custeios do setor e qual o custo do recurso subsidiado para o governo federal. O método utilizado foi quantitativo, pois buscou calcular os indicadores sobre os recursos disponibilizados através dos planos safra para a agricultura, apresentou-se uma abordagem teórica, por meio da revisão bibliográfica. Quanto aos objetivos a pesquisa é classificada como descritiva, buscando compreender através dos indicadores do setor agrícola e para coleta de dados foram utilizados a divulgação dos planos safra e os indicadores financeiros históricos do Banco Central e como técnica para aná-



lise dos dados por meio do cálculo e comparação dos indicadores dos últimos dez anos. Os resultados da pesquisa identificaram, que o setor do agronegócio possui representatividade significativa na economia do país importante atributo que pode muito contribuir para resolver e prevenir problemas que afligem as principais organizações mundiais, como as políticas que se referem a produção de alimentos. Conclui-se que os recursos agrícolas disponibilizados com subsídios e políticas governamentais são insuficientes para suprir a demanda do setor agropecuário.

Agradecemos pelo seu interesse em conhecer nossos trabalhos e desejamos um boa leitura.

# SUMÁRIO

## CAPITULO 1

**VALOR JUSTO – UMA INVESTIGAÇÃO DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS NO PERÍODO DE 2003 A 2019.....12**

*João Carlos de Melo*

*Maricléia Aparecida Leite Novak*

*Marinês Taffarel*

**doi: 10.48209/978-65-5417-032-2**

## CAPITULO 2

**ABSENTEÍSMO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE DA LINHA DE FRENTE DO TRATAMENTO DE CORONAVÍRUS: um estudo no Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais na cidade de Ponta Grossa – PR (HURCG).....39**

*Cassiana Messias Machado Ribeiro*

*Mônica Aparecida Bortolotti*

**doi: 10.48209/978-65-5417-032-3**

## CAPITULO 3

**O RACISMO E A VIOLAÇÃO DE DIREITOS: LIMITAÇÃO DE ACESSO AO SISTEMA DE GARANTIAS DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE EM MARINGÁ.....64**

*Gabriela Pereira Bernardo*

*Sergio Ricardo Gaspar*

**doi: 10.48209/978-65-5417-032-4**

## **CAPITULO 4**

### **ORÇAMENTO DO ESTADO DO PARANÁ: UMA DESCRIÇÃO DOS RECURSOS DESTINADOS PARA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR .....85**

*Danielle dos Santos*

*Mônica Aparecida Bortolotti*

**doi: 10.48209/978-65-5417-032-5**

## **CAPITULO 5**

### **CRÉDITO RURAL: UMA ANÁLISE DO RECURSO SUBSIDIADO NOS ÚLTIMOS 10 ANOS.....104**

*Elizandra Petriu Gasparelo*

**doi: 10.48209/978-65-5417-032-6**

### **SOBRE OS ORGANIZADORES.....129**

### **SOBRE OS AUTORES.....133**

# CAPÍTULO 1

## **VALOR JUSTO – UMA INVESTIGAÇÃO DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS NO PERÍODO DE 2003 A 2019**

*João Carlos de Melo*

*Maricléia Aparecida Leite Novak*

*Marinês Taffarel*

**Doi: 10.48209/978-65-5417-032-2**

### **Introdução**

A contabilidade no Brasil vem aderindo aos padrões internacionais com a finalidade de atender ao cenário econômico mundial, essa padronização se torna imprescindível, uma vez que torna as demonstrações contábeis mais comparáveis e compreensíveis, proporcionando mais confiabilidade nas informações para a tomada de decisão (BELLI, 2014). Nesta conjectura, para que os investidores disfrutem de uma maior credibilidade, comparabilidade e menores riscos no mercado em que estão investindo, faz-se necessária a diminuição das divergências das informações divulgadas e as normas pertinentes (BELLI, 2014).

Com a padronização das normas de contabilidade, a necessidade do investidor que busca nas demonstrações contábeis comparabilidade e confiabilidade está sendo atendida (IUDÍCIBUS et al., 2013). Nesse novo cenário temos a criação do CPC 46 – Mensuração do Valor Justo - que busca aumentar a utilização cada vez mais do valor justo nas demonstrações contábeis das empresas brasileiras (IUDÍCIBUS et al., 2013)

O melhor critério de avaliação dos recursos (ativos e passivos) controlados por uma entidade, dos quais se espera que fluam benefícios futuros é, com firmeza, um dos objetivos da contabilidade. Nos últimos anos, por conta da globalização, têm se intensificado as discussões em volta do Custo Histórico e do Valor Justo.

Ambos os critérios têm como atributos, pontos positivos, como também negativos que implicam na evidenciação das demonstrações contábeis. Enquanto as evidenciações a Valor Justos têm se tornado cada vez mais relevantes, embora se baseiem em estimativas mais subjetivas, incertas, para se dizer voláteis, já a avaliação a Custo Histórico, adota critérios objetivos, que demonstram uma avaliação estática das contas da entidade, no entanto, se tornam defasadas.

De acordo com o item 9 do CPC 00, são as principais características qualitativas que devem conter nas Demonstrações Contábeis: “Compreensibilidade, Relevância, Confiabilidade e Comparabilidade”. E esse tratamento talvez seja o maior ponto controverso entre a escolha do Custo Histórico e o Valor Justo, devido suas peculiaridades, não no sentido de não serem informações compreensivas e relevantes, mas no sentido de serem confiáveis e comparáveis, uma vez que o Custo Histórico tende a ser mais confiável, mas traz limitações em sua comparação ao valor atual da entidade; enquanto o Valor Justo tem sua limitação na confiabilidade, visto que provém de um processo subjetivo de

mensuração, mas mais confiável acerca da valoração atual da entidade ou do bem em seu controle.

Com a substituição do custo histórico pelo *Fair Value*, na visão de Martins et al. (2014), faz com que a objetividade da informação contábil desapareça, pois enquanto o Valor Justo tem a utilização de valores de mercado, mesmo que isso torne a informação mais representativa, quando não se tem um mercado ativo para um objeto de mensuração, podem haver vieses nas mensurações, e o tratamento do Valor Justo pode gerar imprecisão e inconfiabilidade.

No entanto, a tendência do mercado é que vá se alterando, adequando a mensuração do Custo Histórico pelo Valor Justo, que também é um dos aspectos alterados na Lei 6.404/76 após a aprovação da Lei 11.638/07, que em suma estabeleceu que as empresas brasileiras passariam a utilizar o padrão contábil internacional de acordo com as normas do IFRS, a fim de atualizar com mais precisão os valores dos ativos e passivos.

Nesse sentido, este estudo busca analisar por meio de estudos bibliométricos as publicações brasileiras da área contábil nas Bases *Scielo.org* e *Spell* que envolvam o Valor Justo nos períodos de 2003 a junho de 2019, bem como identificar os principais autores e estabelecer as diferentes discussões e metodologias que tem se discutido concernentes ao tema.

## **Referencial Teórico**

Internacionalmente os pronunciamentos contábeis são emitidos pelo IASB, a través das IFRS's e das IAS's – *International Accounting Standards* (Normas Internacionais de Contabilidade). Conforme salienta Botinha (2014, p. 29) o IASB foi criado visando responder a necessidade, cada vez mais aparente, dos usuários das informações financeiras por meio das demonstrações, como também, dar uma resposta à globalização.

As IFRS representam o esqueleto normativo do sistema econômico financeiro, a profunda mudança que moveu a figura do contador, ativa nos negócios, e que conhece as variáveis da operacionalidade da entidade, responsável por expressar, traduzir e interpretar os eventos contábeis na construção de relatórios financeiros e gerenciais (ARAÚJO, 2015).

Após a edição do IAS 32 (1995) e IAS 39 (2000) – Instrumentos Financeiros: Divulgação e Apresentação, e Reconhecimento e mensuração respectivamente, a normativa internacional sofreu grande influência, pois a medida que os países aderiam a tais normas, as mudanças nos meios de mensuração eram consideráveis.

A IAS 41, assim como o CPC 29 dispõem que o valor justo é valor pelo qual pode ser negociado um ativo ou liquidado um passivo, entre as partes interessadas no negócio, conhecedoras da transação e independentes entre si, com ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

Esses dispositivos surgiram como ferramentas que auxiliassem os usuários a em suas necessidades, possibilitando-os utilizar de melhor forma a informação contábil em sua estrutura, que sofreu ao longo do crescimento global, devido as mudanças econômicas, alterações por parte da contabilidade que tem o intuito de adequar às exigências informacionais desses usuários (MARQUES, 2017)

Conforme afirma Zanolla e Antunes (2018, p.92), em 2002 o IASB e o FASB deram início ao processo de convergência da estrutura conceitual de contabilidade, buscando uma única estrutura a fim de tornar os pronunciamentos contábeis mais consistentes e facilitando o entendimento individual de seus próprios membros, assim, gerando uma informação mais útil.

No Brasil, o tema Valor Justo, ou *Fair Value*, se torna, talvez o cerne dessas mudanças oriundas dos padrões de mensuração dos ativos e passivos, até então, registrados primariamente pelo seu valor histórico, e que impactam distintamente nas demonstrações, pois um tem uma abordagem mais objetiva, no entanto mais estática (o Custo Histórico); quanto ao outro (o Valor Justo), as estimativas são mais subjetivas deixando os resultados apresentados mais voláteis, no entanto, que tem sido relevantemente utilizado.

Consoante ao CPC 46, o CPC 12, traz que o valor justo é “o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si”, com o objetivo de representar o valor de mercado do bem em transação. Na impossibilidade de as partes não terem um exato valor do bem no mercado no período da transação, a maneira mais provável de mensurar o valor de mercado seria por meio da utilização do ajuste a valor presente.

Tradicionalmente, as demonstrações e os registros contábeis são apresentados com base em seu custo histórico com base no princípio do Registro pelo Valor Original; a adoção pelo custo histórico permite objetividade e verificabilidade nos valores transacionados pela entidade.

É importante deixar claro que tanto o Custo Histórico, quanto o Valor Justo buscam proporcionar uma informação útil, relevante que auxilie na tomada de decisão; porém deve-se atentar-se para as vantagens e desvantagens apontadas para cada um dos dois métodos, para que a informação seja a mais propícia e significativamente possível de ser analisada para cumprir com seus objetivos.

A base para o Custo Histórico é que a informação sempre é fruto de um evento passado, ou seja, o valor já pago (negociado) ou valor desembolsado



em uma transação realizada, enquanto o valor justo é a mensuração advinda de um patrimônio do qual o fato negocial ainda não incorreu, pois busca mensurar com base no que o mercado estaria disposto a negociar, caso houvesse a transação (PIMENTEL e VASCONCELOS, p.168, 2016).

Com a substituição do Custo Histórico pelo Valor Justo, na visão de Martins et al. (2014), faz com que a objetividade da informação contábil desapareça, pois enquanto o Valor Justo tem a utilização de valores de mercado, mesmo que isso torne a informação mais representativa, quando não se tem um mercado ativo para um objeto de mensuração, podem haver vieses nas mensurações, e o tratamento do Valor Justo pode gerar inconfiabilidade.

Para Kasyan (2017) a mensuração a Custo Histórico não é viável, e pode se tornar uma informação com menos relevância, uma vez que, pode não considerar a subida de preço dos ativos por não permitir alterações ao longo do tempo, ou seja, não podendo registrar perdas ou ganhos com exceção do momento da venda, as empresas podem ter dificuldades de reconhecer economicamente sua posição frente a um mercado tão competitivo nos diversos setores de atuação.

Há grande defesa tanto por parte do Custo Histórico como do Valor Justo. No Brasil o mais utilizado é o Custo Histórico, no entanto, muitos autores defendem que devido o preço manter estagnado, dependendo do ativo, por um longo período de tempo, o método pode se tornar inconsistente com a realidade da empresa frente ao mercado no decorrer dos anos.

## **Metodologia de Pesquisa**

Inicialmente foi feito um levantamento correspondente ao tema do presente estudo, pois, segundo Beuren (2008, p. 48) “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de

livros e artigos científicos”. Utilizou-se também para análise dos dados planilhas do pacote Office Excel, a fim de organizar as publicações, autores, anos de publicação, bem como a separação para os critérios de definição de amostra.

Para análise de palavra foi utilizado o sistema Iramuteq que faz uso de métodos estatísticos para medir similaridade entre as palavras utilizadas pelos autores, como também as classes de palavras, através do Método de Reinert, Análise Fatorial de Correspondência. De acordo com o Método de Reinert utilizado no programa Iramuteq, que segundo Martins, Santos e Silveira (2018, p. 51) se baseia em buscar similaridades de palavra, medindo a ocorrência das palavras dentro de um texto, dividindo-as em blocos léxicos, ou seja, em grupos de uma mesma característica dentro da linguagem.

A Análise Fatorial de Correspondência (AFC) permite a verificação das relações entre as classes de palavra, num plano gráfico, distinguindo-as em uma inteiração e localização, embora não tenha limitações, pois não considera a contextualização de cada elemento textual (MARTINS, SANTOS e SILVEIRA, p. 78).

Dessa forma, conforme Marques *et al.* (2017), com o uso da análise bibliométrica é possível realizar um mapeamento sobre o perfil e as características das pesquisas que tratam do assunto referente as produções científicas. O período analisado foi entre janeiro de 2003 até junho de 2019, e a coleta dos dados foi durante os meses de agosto e setembro do ano de 2019.

## **Crítérios de Definição da Amostra**

A amostra foi elaborada em bases solidas no cenário de pesquisa nacional, das quais também têm grande relevância acerca da temática contábil. Foram encontrados na Base Scielo.org o total de 82 publicações usando como busca o termo: Valor Justo, e 127, utilizando como busca o termo: *Fair Value*,

filtrado para todos os índices; na Base Spell foram encontradas 29 publicações com o termo: Valor Justo, e 30 publicações com termo: *Fair Value*. Totalizando 209 da Base Scielo.org e 59 da Base Spell, somando ambas a quantidade 268 publicações.

Em ambas as bases não foram feitas pesquisas para data de publicação, a amostra foi elaborada a partir da primeira publicação encontrada que foi no ano de 2003 na base Scielo.org. Ademais, não foi realizado pesquisa por publicação específica como periódicos, teses ou artigos, a primeira pesquisa foi feita apenas com os termos Valor Justo e *Fair Value*.

A Base Scielo.org é composta dos 209 artigos, dos quais foram selecionadas apenas as publicações no brasil que somam o total de 60 publicações. O termo Valor Justo ou *Fair Value*, devido certo grau de subjetividade trouxe também pesquisas a respeito da área da saúde e antropologia entre outros, a fim de melhorar a análise da pesquisa foram selecionadas revistas, publicações voltadas para área contábil. As revistas selecionadas através de filtro na própria base de dados estão descritas no Quadro 1:

Quadro 1– Revistas selecionadas como filtro de pesquisa Scielo.org

Revista Contabilidade & Finanças
Revista Brasileira de Gestão de Negócios
BAR - Brazilian Administration Review
Revista de Administração Contemporânea
Revista de Administração Pública
Gestão & Produção
REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)
RAUSP Management Journal
BBR. Brazilian Business Review

Fonte: Dados pesquisa, 2019.

Para a Base Spell não foi utilizado nenhum filtro dentro base a fim de diminuir a amostra, foram utilizados tanto as 29 publicações com o termo: Valor Justo, bem como as 30 publicações com o termo: *Fair Value*. Todas as publicações foram realizadas no Brasil.

Para aprimoramento das publicações foram retiradas as publicações repetidas entre si, que somam um total de 23, para que a análise tanto textual como também dos anos de publicações, e autores não fossem desviadas. Não houve nenhum critério de preferência em manter as publicações da Base Scielo.org ou Base Spell; após a seleção das publicações, em ambos os casos, o material baixado via internet, foi separado em pastas e controlados a partir de planilhas do Office Excel. Analisado as repetições, foi-se excluído cada publicação repetida aleatoriamente, sem preferência alguma.

Após a seleção das publicações, foram excluídas as publicações com idiomas diferentes ao brasileiro, uma vez que ao se utilizar do sistema *Iramuteq*, deve-se antes da análise, informar o idioma aplicado a fim de aprimorar a qualidade da análise para que não houvesse nenhum viés que pudesse alterar, ou desfavorecer os resultados esperados; e foram encontradas 9 publicações com idioma em inglês, e 1 publicação em espanhol. Referente a Base Scielo.org foram encontradas 4 publicações em inglês e 1 em espanhol; enquanto na Base Spell foram publicados 5 em inglês e 1 em espanhol.

Quadro 2 – Critérios de corte das publicações

<b>PUBLICAÇÕES</b>	<b>Quantidade</b>
<b>Scielo.org publicações com termo Valor Justo</b>	<b>82</b>
(-) Publicações fora do Brasil	55
(-) Publicações fora da área de pesquisa	13
<b>(=) Scielo.org - Total de publicações Valor Justo</b>	<b>14</b>

<b>Scielo.org publicações com termo <i>Fair Value</i></b>	<b>167</b>
(-) Publicações fora do Brasil	107
(-) Publicações fora da área de pesquisa	32
<b>(=) <i>Scielo.org - Total de publicações Fair Value</i></b>	<b>28</b>
Scielo.org - Total de publicações Valor Justo	14
Scielo.org - Total de publicações Fair Value	28
(-) Publicações repetidas	13
<b>(=) <i>Scielo.org - Total de publicações</i></b>	<b>29</b>
<b>Spell publicações com termo Valor Justo</b>	<b>29</b>
(-) Publicação repetida	1
<b>(=) <i>Spell - Total de publicações a Valor Justo</i></b>	<b>28</b>
Scielo.org publicações selecionadas	29
Spell publicações a Valor Justo	28
Spell publicações a <i>Fair Value</i>	30
<b>(=) <i>Total de publicações</i></b>	<b>87</b>
(-) Publicações em inglês	9
(-) Publicações em Espanhol	2
(-) Publicações repetidas	23
<b>(=) Total da amostra</b>	<b>53</b>

Fonte: Dados pesquisa, 2019.

O quadro demonstra os critérios de definição da amostra com maior clareza e especificidade, melhorando a visualização da seleção. Pode-se ver de que forma foram feitos os recortes das publicações, a fim de melhorar a visualiza-

ção do mapeamento da análise, como também o plano de corte. Assim, aprimorando o objeto de análise, com o intuito de não interferir, tampouco causar distorções nos resultados esperados.

## **Resultados**

Com base no Gráfico 1, é possível acompanhar o crescimento das publicações ao longo dos anos. Ademais, pode-se ver a quantidade produzida em cada ano com maior especificidade.

Em 2010 parecem ter aumentado interesse pela área temática, visto que saltou de um ano anterior sem publicação, aumentando também 5 pontos percentuais, um salto de 6% para 11% do último ano publicado que foi de 2009. Não pode afirmar com precisão, mas vale mencionar o ano de 2007 houve a alteração da lei 6.404/76 pela 11.638/07 que teve aspecto relevante acerca da metodologia do Valor Justo, evidentemente que há um período de adaptação para a lei ser observada.

Gráfico 1 – Publicações por ano



Fonte: Dados pesquisa, 2019.

Houve também no ano de 2012 a publicação efetiva do CPC 46 que trata especificamente do Valor justo. Empatado com o ano de 2010, o ano de 2016 houve novamente um aumento das publicações, sendo de 6 publicações no ano. Grande parte da publicação foi concentrada entre os anos de 2010 a 2017, sendo maior o percentual no ano de 2017, onde foram publicados 7 vezes, totalizando 13% do total da amostra.

Através do Quadro 3, é possível verificar a quantidade de publicações que houve no período analisado, bem como a participação das revistas nas publicações. Pode-se verificar que a Revista Contabilidade & Finanças – USP é responsável por 26% das publicações somando ao total 14 publicações no período, embora assim, não tenha publicado nenhum artigo nos anos de 2006, 2007 a 2008, 2013 a 2014, e 2018 a 2019. Somando os seus anos de publicação, que é igual a 9, representa em média 1,5 publicação por ano publicado.

Logo a frente, mas com uma diferença de 18 pontos percentuais, vem as revistas Pensar Contábil e Revista Universo Contábil totalizando 8% cada uma, do total das publicações com 4 publicações, ambas não chegaram a publicar 2 vezes no mesmo período.

Quadro 3 – Revista x Ano de publicação x Publicações

Revistas / Ano publica- ção	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	T	%
Universi- dade Federal de Pernam- buco																	1	1	2%
BBR Brazilian Business Review															2			2	4%
RBGN Revista Brasileira de Gestão de Negócios														2	1			3	6%
Revista Contabi- lidade & Finanças - USP	2	1	2		1			2		2			2	1	1			14	26%
Gestão e Produção																1		1	2%
Revista Eletrônica de Admi- nistração								1										1	2%
RAP - Revista de Admi- nistração Plública								1			1							2	4%
Revista de Contabi- lidade e Organiza- ções										1								1	2%



Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ								1	1								3	6%									
Sociedade, Contabilidade e Gestão						1												1	2%								
Advances in Scientific and Applied Accounting																		1	2%								
ConTexto																		1	1	2	4%						
Revista Universo Contábil						1		1	1											4	8%						
Revista Catarinense da Ciência Contábil - CRSCSC																				1	2%						
Revista Contemporânea de Contabilidade																				2	1	3	6%				
Revista Evidenciação Contábil & Finanças																							1	1	2%		
Revista Capital Científico - Eletrônica (RCCe)																									1	1	2%

Desenvolvimento em Questão												1						1	2%	
Pensar Contábil						1			1			1						1	4	8%
Revista Contabilidade Vista & Revista												1							1	2%
Revistas Facecla											1								1	2%
Revista de Ciências da Administração								1											1	2%
UEM													1						1	2%
Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade															1				1	2%
Interface		1																	1	2%
Total Publicação por Ano	2	2	2	0	1	3	0	6	3	4	4	5	4	6	7	2	2	53		
	4%	4%	4%	0%	2%	6%	0%	11%	6%	8%	8%	9%	8%	11%	13%	4%	4%			

Fonte: Dados pesquisa, 2019.

As revistas BBR Brazilian Business Review; ConTexto; RAP - Revista de Administração Pública, todas com 4% cada do total de publicações. Ambas têm o total de duas publicações no total do período amostral. As demais revistas, publicaram somente uma vez em todo espaço temporal, todas acumulam 2% cada do total de publicações.

## **AUTORES**

Nesta etapa a pesquisa busca evidenciar os autores que mais publicaram na área bem como, os anos de publicação e suas participações em conjunto com trabalhos da área pesquisada. O quadro demonstra autores e coautores, e também o seu ano de publicação, de forma descendente partindo do primeiro termo do Quadro 4.

Quadro 4 – Autores e coautores e ano de publicação

AUTOR	ANO
Filipe Costa de Souza	2019
Laís Manfiolli Figueira; Marcelo Augusto Ambrozini	2019
Fabrício Silva Barbosa; Annibal José Scavarda	2018
Laura Brandão Costa; Sirlei Lemes	2018
Paulo Roberto Barbosa Lustosa	2017
Eunice Adriano; Maria Thereza Pompa Antunes	2017
Paulo Cesar de Melo Mendes; Jorge Katsumi Niyama; Cesar Augusto Tiburcio Silva	2017
José Sarto Freire Castelo; José Ednilson de Oliveira Cabral	2017
Maria Elisabeth Moreira Carvalho Andrade; Eliseu Martins	2017
Gilberto Magalhães da Silva Filho; Wenner Glaucio Lopes Lucena; Paulo Amilton Maia Leite	2017
Eduardo Bona Safe de Matos; Lucas Vieira Lôbo de Araújo; Mariana Guerra; Fernando Dal-Ri Murcia	2017
Tiago Cardao-Pito; Jorge Barros	2016

Flaida Êmine Alves de Souza; Sirlei Lemes	2016
Gabriela Scur; Guilherme Heinz	2016
Renier Alves Botinha; Sirlei Lemes	2016
Alessandro Talaska; Deyvison de Lima Oliveira	2016
Flávia Fardin Grillo; Talita Casagrande Lachini; Vitor Gomes Baioco; Donizete Reina; Alfredo Sarlo Neto	2016
Flaida Êmine Alves de Souza; Renier Alves Botinha; Pablo Rogers Silva; Sirlei Lemes	2015
Murillo José Torello Pinto; Vinícius Aversari Martins; Denise Mendes da Silva	2015
Edson Roberto Macohon; Nadia Nara de Godoy; Vitor Paulo Rigo; Roberto Carlos Klann	2015
Pâmela Kimi Shiraishi; Roberto Fernandes dos Santos; Alexandre Gonzales	2015
Carlos Jorge Fontainhas Mendes; Fátima de Souza Freire	2014
Ana Carolina Kolozsvari; José Augusto Veiga da Costa Marques; Marcelo Alvaro da Silva Macedo	2014
Leandro Politelo; Itzhak David Simão Kaveski; Roberto Carlos Klann	2014
Samir Sayed; Bruno Meirelles Salotti	2014
Vinícius Gomes Martins; Márcio André Veras Machado; Aldo Leonardo Cunha Callado	2014
Augusto Cezar da Cunha e Silva Filho; Vinícius Gomes Martins; Márcio André Veras Machado	2013
André Carlos Einsweiller; Augusto Fischer	2013
José Delfino Sá; Carlos Arthur Mattos Teixeira Cavalcante; Ricardo de Araújo Kalid; Ulisses de Araújo Malveira	2013

Márcia Ferreira Neves Tavares; Diego Rodrigues Boente; Edison Paulo	2013
Yuri Sampaio Maluf; Pedro Henrique Melo Albuquerque	2012
José Alves Dantas; Otávio Ribeiro de Medeiros; Fernando Caio Galdi; Fábio Moraes da Costa	2012
Eric Barreto; Fernando Dal Ri Murcia; Iran Siqueira Lima	2012
Célio da Costa Barros; Fábria Jaiany Viana de Souza; Aneide Oliveira Araújo; Mauricio Corrêa da Silva; José Dionísio Gomes da Silva	2012
Adriane Fagundes Sacramento da Silva; Edilma Pinheiro da Silva; Mary Wanysa dos Santos Denberg	2011
André das Neves Dameda; Tiago Wickstrom Alves; Ernani Ott	2011
Maíra Melho de Souza; José Alonso Borba; Vivian Osmari Uhlmann	2011
Gilberto Carbalho Fernandes; Graça Maria do Carmo Azevedo	2010
Leonardo Andrade de Almeida Burlá; Edson Daniel Lopes Gonçalves	2010
Eliseu Martins; Diana Lúcia de Almeida; Eric Aversari Martins; Patrícia de Souza Costa	2010
Mônica Gisele Brancher Pedó; Cláudio José Muller; Marcelo Nogueira Cortimiglia	2010
Luiz Nelson Guedes de Carvalho; Patrícia de Souza Costa; Alan Teixeira de Oliveira	2010
Renato Campos; Juliana Tatiane Vital; Gilberto de Oliveira Moritz; Alexandre Marino Costa	2010
Vicente Camargo Bicudo de Castro; Rafael Borges Morch; José Augusto Veiga da Costa Marques	2008
LLirio José Rech; Ivone Vieira Pereira; Josemar Ribeiro de Oliveira	2008
Fabiano Maury Raupp; Ilse Maria Beuren	2008

Sérgio de Ludícibus; Eliseu Martins	2007
Leandro Luís Darós; José Alonso Borba	2005
Fernando Caio Galdi; L Nelson Carvalho	2005
Alexssander de Antonio Nunes; José Augusto Veiga da Costa Marques	2004
Tarcísio Saraiva Rabelo Junior; Ricardo Hirata Ikeda	2004
Carlos Antonio Lopes Vaz do Amaral	2003
Natan Szuster; Fortunee Szuster	2003

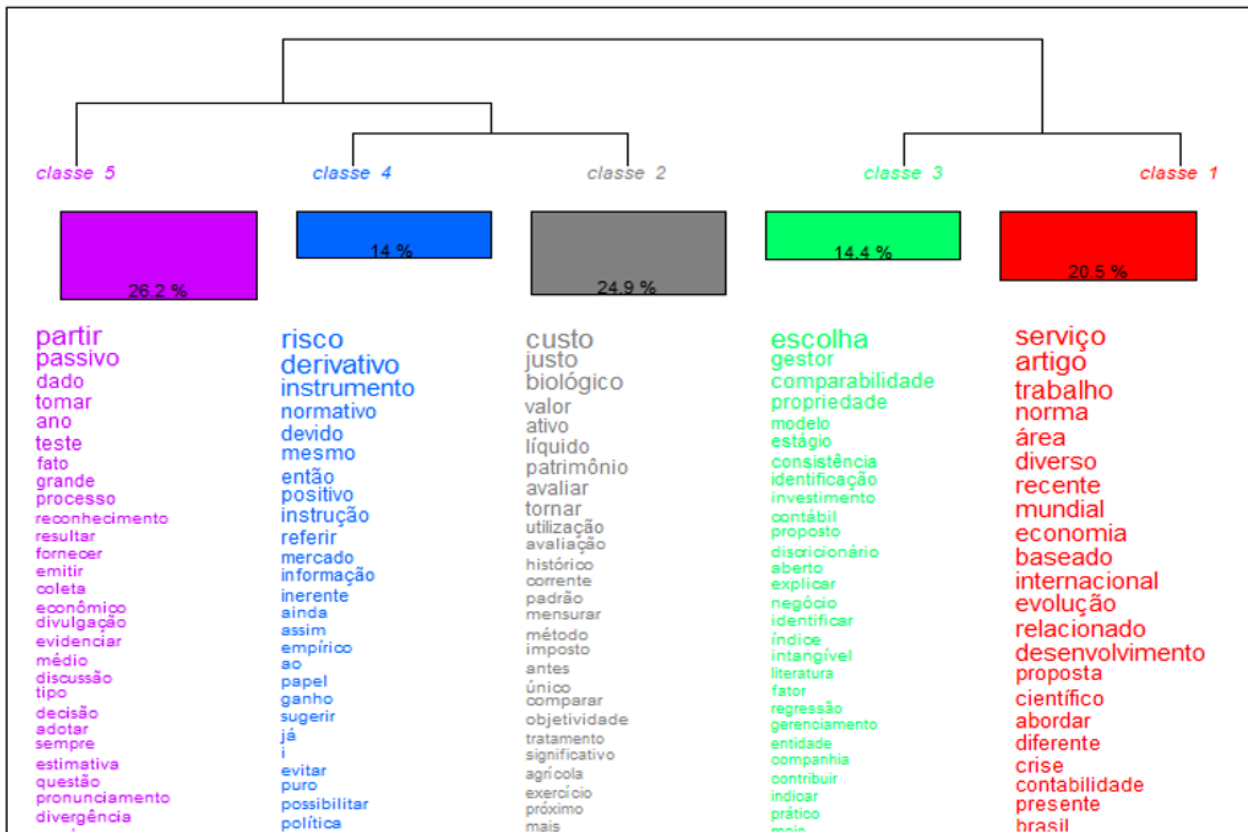
Fonte: Dados pesquisa, 2019.

## **Método de Reinert**

As Estatísticas Textuais buscam de forma ampla, identificar a quantidade de palavras, frequência média de ocorrência dos determinados vocabulários utilizados e as principais raízes do texto, ou seja, de onde se originam a elaboração textual. A Figura 1 traz a relação de palavra de acordo com a sua classe e como elas foram trabalhadas no corpus textual, seguindo o Método de Reinert.

A análise mostra cinco classes de palavras, o organograma demonstra que as classes de número 1 (Vermelho) que tem como destaque as palavras “serviço, artigo, trabalho, norma” que são aspectos voltados a metodologia; 3 (Verde) que vê-se as palavras “escolha, gestor, comparabilidade”; e a classe 5 (Lilás) estão em uma mesma linha referencial. A classe 5 (Lilás) representa maior parte do *corpus* textual analisada com 26,2% do total analisado. Ademais, a Figura 1 demonstra que as classes 4 e 2 são derivadas da classe 5.

Figura 1 – Classes de palavras



Fonte: Dados pesquisa, 2019.

A classe 2 (Cinza), destaca-se como responsável por 24,9% do *corpus* logo após a classe 5 (lilás); as palavras também fazem grande referência a temática analisada, vê-se destaque das palavras “custo, justo, biológico, valor”, que comparado ao Valor Justo, são termos inerentes a ele.

Já a Análise Fatorial de Correspondência (AFC) Segundo Junior *et al.* (2008, p. 466), a AFC é uma análise variada, utilizada para encontrar associações entre duas ou mais variáveis, assim podendo ver essa relação em um modelo tanto quantitativo, como também qualitativo de linhas e colunas, em um mesmo espaço gráfico, permitindo ver a reciprocidade entre elas através de um cruzamento de dados.

A AFC é o cruzamento de vocábulos, que considera a incidência de palavras, em classes, podendo ser vistas suas oposições através da geração gráfica





próximas do eixo central, mesmo que de classes diferentes, as palavras têm certa relação, ou seja, a palavra “Escolha” (Verde) do lado inferior direito do plano, tem pouca relação com a palavra “Passivo” (Lilás) que se encontra do lado esquerdo superior; no entanto, as palavras “Valor” (Cinza) tem bastante proximidade, e por consequência, relação com a palavra “Preço” (Azul), ambas ao lado inferior esquerdo, assim como as palavras “Justo” (Cinza) e “Informação” (Azul).

Através da AFC é possível ver as variáveis que se aproximam da proposição da pesquisa, da qual, no modelo de plano cartesiano pode-se verificar que quanto mais próximo do centro a palavra se aproxima também da área de conhecimento pesquisada, ou entre si.

## **Nuvem de Palavras**

A Nuvem de Palavras incluída na Figura 3, trata da proximidade das palavras de forma rápida e fácil de interpretar as palavras que têm mais relevância no texto, sendo as maiores de maior importância no corpus da pesquisa e mais próximas do centro de acordo a quantidade utilizada.

Através do resultado pode-se inferir a importância que a nuvem de palavras traz ao termo “Justo”, objeto da pesquisa, e como se aproxima das características contábeis de mensuração, das quais se discutem acerca do Valor Justo. A Nuvem é Figura interessante que demonstra de forma simples e indutiva como as palavras analisadas trabalham em conformidade com o termo proposto pela pesquisa.

Figura 3 – Nuvem de Palavras



Fonte: Dados pesquisa, 2019.

Assim como nas análises anteriores é possível também, com a nuvem de palavras verificar a proximidades das palavras utilizadas nas publicações, como também pode-se perceber a sua importância com base na ocorrência dentro do texto, pois quanto maior o tamanho da palavra, mais ocorrências ela teve dentro *corpus* textual.

## Conclusão

O objetivo deste estudo foi investigar as peculiaridades da produção acadêmica concernentes a temática do Valor Justo nas bases de periódicos Scielo.org e Spell. A pesquisa mostrou uma amostra de 53 publicações relacionadas ao tema nos anos de 2003 a Jun/2019. Entretanto as publicações se mostram com

grande crescimento a partir do ano de 2010, e concentram-se o maior número de publicações entre os anos de 2010 e 2017.

Da pesquisa foi identificado 125 autores e coautores, dos quais, 109 participaram de uma publicação somente, os autores que fizeram mais de uma publicação, em grande maioria, as faziam em conjuntos com autores distintos. A análise por meio do programa Iramuteq evidenciam os resultados textuais, que é possível verificar a similaridade entres as áreas da contabilidade impactadas pelo método do Valor Justo, bem como a importância e influência do tema dentro dos aspectos contábeis. As análises textuais tiveram grande relevância e mostraram informações de grande importância acerca da linguagem utilizada dentro da Contabilidade na temática do Valor Justo.

Com base no Método de Reinert, foi possível encontrar os diversos tipos de classes de palavras utilizadas pelos autores em suas publicações. Como elas são divididas em suas características peculiares em conjuntos com outras classes para explicar a importância da temática.

Através das Análises Fatoriais de Correspondência, pode-se perceber o comportamento das classes de palavras, bem como o comportamento das publicações dentro do plano cartesiano, onde pode inferir o distanciamento das palavras em conjunto, ou seja, a relação entre elas, dentro do *corpus* textual, e para os autores, a predominância do vocabulário de cada classe dentro das publicações.

A pesquisa se dá por concluída e que sirva de fonte de recursos para outras pesquisas, bem como, pretende-se dar continuidade a fim de aprofundar mais as análises como, aumentar a amostra com outras publicações, de repente internacionais, para tratar da metodologia do Valor Justo em um cenário maior que o brasileiro.

## **Referências**

ARAÚJO, Kleber Domingues de. **IFRS no Brasil: Impacto no Sistema de Informação Gerencial**. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Universidade de São Paulo, 2015.

BELLI, A. P. **Evidenciação da mensuração do valor justo e alusão no parecer de auditoria**. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

BEUREN, Ilse Maria *et al.* (Org.). **Como Elaborar Trabalhos e Contabilidade: Teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 195 p.

BOTINHA, Reiner Alves. **Escolha do uso do Valor Justo para propriedades para investimentos: Uma influência das características de empresas listadas na BM&FBovespa e na NYSE**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

BRASIL. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Site da Presidência da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm)> Acesso em 11 de junho de 2018.

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Site da Presidência da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L6404consol.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6404consol.htm)> Acesso em 11 de junho de 2018.

CERVO, Amado Luiz, BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 4 ed. São Paulo: Ed. MAKRON Books. 1996.

CPC. Comitê de pronunciamentos contábeis- CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Disponível em < [http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/147\\_CPC00\\_R1.pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf)> Acesso em 14 de jun. de 2019.

CPC. Comitê de pronunciamentos contábeis- CPC 12 – Ajuste a Valor Presente Disponível em: <[http://www.cpc.org.br/Arquivos/Documentos/316\\_CP-C\\_27rev%2012.pdf](http://www.cpc.org.br/Arquivos/Documentos/316_CP-C_27rev%2012.pdf)> Acesso em 10 jun. de 2018.

CPC. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. <[http://www.cpc.org.br/Arquivos/Documentos/27\\_CPC\\_01\\_R1\\_rev%C3%2012.pdf](http://www.cpc.org.br/Arquivos/Documentos/27_CPC_01_R1_rev%C3%2012.pdf)> Acesso em 10 jun. de 2018.

CPC. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola. <[http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/324\\_CPC\\_29\\_rev%2008.pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/324_CPC_29_rev%2008.pdf)> Acesso em 10 jun. de 2018.

CPC. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. CPC 46 – Mensuração a Valor Justo. < [http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/395\\_CPC\\_46\\_rev%2012.pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/395_CPC_46_rev%2012.pdf)> Acesso em 10 jun. de 2018.

*International Accounting Standard Board* (2013). ***International Financial Reporting Standards***. Disponível em: <<https://www.ifrs.org/groups/international-accounting-standards-board/>> Acesso em 15 de jun. 2018

IUDÍCIBUS, S. de; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. dos. **Manual de Contabilidade das sociedades por ações**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2013.

JUNIOR, Weimar Freire da Rocha; CARVALHEIRO, Elizângela Mara; STADUTO, Jefferson Andronio; OPAZO, Miguel Angel Uribe. Avaliação de contratos: uma abordagem utilizando a Análise Fatorial de Correspondência. **RER**, Piracicaba, São Paulo, v. 46, n. 02, p. 455-480, abr/jun, 2008.

KASYAN, Anna. **Divulgação das técnicas de Mensuração do justo valor dos Instrumentos financeiros no setor Bancário português (2013 a 2015)**. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa – ISCAL, Lisboa, 2017.

MARQUES, Tatiane de Oliveira; NIYAMA, Jorge Katsumi; SOUZA, Rafael Moraes de; SCHULTZ, Charles Albino. Avaliação do *Value Relevance* das Informações Sobre a Hierarquia do Valor Justo das Empresas Brasileiras. **Revista Ambiente Contábil**. Rio Grande do Norte, v. 9, n. 1, 2017.

MARTINS, Fellipe Silva; SANTOS, Eduardo Biagi Almeida; SILVEIRA, Amélia. Intenção Empreendedora: Categorização, Classificação de Construtos e Proposição de Modelo. **BBR – Brazilian Business Review**. 2018.

NASCIMENTO, Adriano Roberto Afonso do; MENANDRO, Paulo Rogério Meira. Análise lexical e análise de conteúdo: uma proposta de utilização conjugada. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 72-88, jul./dez., 2006.

PIMENTEL, Vanessa Vieira; VASCONCELOS, Ana Lúcia Pontes de Souza. Mensuração a valor justo das atividades do voluntariado em conformidade com a ITG 2002 e NBC TG 46. *Prát. Cont. Gestão*, São Paulo – SP. v. 4, n. 1, p. 153-200, Set. 2016.

ZANOLLA, Ercilio; ANTUNES, Gustavo Amorim. Análise de Evidências Pró Valor Justo na Nova Estrutura Conceitual da Contabilidade. **Revista Ambiente Contábil**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal – RN, v. 10. n. 1, p. 88 – 103, jan./jun. 2018.



## CAPÍTULO 2

# **ABSENTEÍSMO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE DA LINHA DE FRENTE DO TRATAMENTO DE CORONAVÍRUS: um estudo no Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais na cidade de Ponta Grossa – PR (HURCG)**

*Cassiana Messias Machado Ribeiro*

*Mônica Aparecida Bortolotti*

**Doi: 10.48209/978-65-5417-032-3**

### **Introdução**

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde definiu o coronavírus como uma pandemia, considerando o surgimentos da doença que vinham que se espalhando rapidamente em vários países do mundo. Considerada uma emergência de saúde pública internacional, anúncio esse feito pelo diretor-geral da Organização Mundial da Saúde, Tedros Ghebreyesus, com o

vírus sendo notificado em 19 países no total até o início de março de 2020. (ONU News, 2020)

Muitos países implementaram uma série de intervenções para reduzir a transmissão do vírus e frear a rápida evolução da pandemia. (KUPFERSCHMIDT, 2020), conforme relatório da Organização Mundial da Saúde, até 3 de junho de 2020 foram notificados 6.287.771 casos confirmados e 379.941 óbitos pelo novo coronavírus, afetando principalmente os continentes americano e europeu. (OMS, 2020). No Brasil o primeiro caso se confirmou na cidade São Paulo em fevereiro de 2020 em um paciente de 61 anos que havia viajado para a Itália, na mesma data de 26 de fevereiro de 2020 outros 20 casos suspeitos eram investigados pelo Ministério da Saúde em mais sete estados do país, incluindo PB, PE, MG, RJ, SP e SC. (UMA-SUS, 2020). Em 8 de abril de 2020, o Brasil era o 12º país em número de óbitos, o 8º em taxa de letalidade e o 16º em mortalidade por coronavírus segundo boletim informativo do Ministério da Saúde. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020)

Conforme publicado pelo Instituto Butantan (2021) na data de 28 de julho surge a variante delta do SARS-CoV-2 que se torna uma ameaça global, surgida na Índia se espalhou rapidamente e alcançou 132 países em algumas semanas. Em 25 de novembro a OMS identifica a variante ômicron do SARS-CoV-2, detectada na África do Sul, a cepa entrou na categoria de variante de preocupação por ser considerada mais transmissível que a cepa original do novo coronavírus.

De acordo com Gomes (2021) e Fiocruz (2021) é apontada a nova cepa Darwin (recém-descoberta na Austrália) que faz parte do tipo A (H3N2) e também circula no Brasil. Nos últimos meses, ela contribuiu para um aumento de casos de gripe em um período atípico no Brasil – que, assim como os países



do hemisfério sul, possui uma circulação maior do vírus influenza no inverno (entre julho e setembro).

Em São Paulo os dados apontados no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Governo Federal, coletados entre janeiro e junho de 2020, o número de contratações de enfermeiros nos primeiros 6 meses de 2020 foi 50,73% maior do que no mesmo período de 2019. (SANTA CASA DE SÃO PAULO, 2021). De acordo com Mesquita (2020) o aumento exponencial da demanda por assistência médica faz com que profissionais de saúde enfrentem longos turnos de trabalho, geralmente com poucos recursos, infraestrutura precária, e necessidade imperativa de utilizar EPIs que podem causar desconforto físico.

O absenteísmo entre os profissionais da área de saúde que estão na linha de frente do coronavírus tem se mostrado cada vez maior, Maeno (2020) demonstra que a COVID-19 é uma doença ocupacional, independentemente de ser uma ocupação em serviços essenciais ou não, pois ela pode ser transmitida nos deslocamentos diários como no uso de transportes públicos e no contato com pessoas no ambiente de trabalho.

A produção do presente trabalho baseou-se em uma pesquisa documental no Setor de Gestão de Pessoas (SCGPE) do Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais (HURCG), a fim de verificar o absenteísmo de servidores que fizeram parte da linha de frente dos casos de coronavírus entre março de 2020 a março de 2021, os mesmos faziam parte dos seguintes setores: clínica covid, UTI covid, pronto atendimento e tenda covid, primeiramente foi encaminhada uma solicitação a Diretoria Acadêmica e o Centro de Estudos, Pesquisa e Desenvolvimento Humano do HURCG para requisitar a realização da pesquisa dentro do Setor de Gestão de Pessoas (SCGPE), com a posse do

termo de aceite favorável, foi dado o início da coleta de dados, para isso foram analisadas planilhas de controle, laudos de perícia e atestados dos mesmos. “A técnica documental vale-se de documentos originais, que ainda não receberam tratamento analítico por nenhum autor. [...] é uma das técnicas decisivas para a pesquisa em ciências sociais e humanas” (HELDER, 2006:1-2).

Por se tratar de uma quantificação de dados essa pesquisa caracteriza-se por quantitativa. Tais dados serão apresentados em forma de tabelas, gráficos ou textos (KNECHTEL, 2014). Serão analisados atestados e laudos de perícia de afastamento de servidores do HURCG que atuaram na linha de frente do coronavírus no período de março de 2020 a março de 2021, esta amostra engloba profissionais da saúde, tratando-se de médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem.

Apesar do coronavírus ser um tema mais recente, já existem muitas informações e trabalhos científicos publicados sobre este assunto, desta forma a pesquisa se dará também através de outros estudos para fundamentação, como artigos, revistas e demais fontes escritas. Conforme os autores Martins e Theóphilo (2016, p. 52) citam, a pesquisa bibliográfica trata-se de estratégia de pesquisa necessária para a condução de qualquer pesquisa científica. Uma pesquisa bibliográfica procura explicar e discutir um assunto, tema ou problema com base em referências.

Sendo assim por ser feita uma análise documental dos dados de registro também classifica-se como pesquisa descritiva: O desafio a esta técnica de pesquisa é a capacidade que o pesquisador tem de selecionar, tratar e interpretar a informação, visando compreender a interação com sua fonte, tornando-se mais significativa (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015, p. 57).

## **Gestão de Pessoas no Setor Público e o Absenteísmo no Trabalho**

Ao se referir à gestão de pessoas no setor público, Bergue (2007, p. 18) a define como “[...] esforço orientado para o suprimento, a manutenção e o desenvolvimento de pessoas nas organizações públicas, em conformidade com os ditames constitucionais e legais, observadas as necessidades e condições do ambiente em que se inserem.” Compreender o papel do setor de gestão de pessoas, é essencial pois cabe a ele promover e desenvolver uma maior efetividade no fornecimento de serviços em prol do interesse social, bem como gerar as informações necessárias para que se possa medir e avaliar o desempenho da instituição.

De acordo com Bergue (2010) o propósito geral da gestão de pessoas no setor público pode ser constituído por três ações fundamentais que podem ser relacionados a noção de processos: promover o suprimento (processo de atrair pessoas), a manutenção (processo de aplicar e recompensar pessoas) e o desenvolvimento (desenvolver e avaliar pessoas). É fundamental que os servidores sintam-se valorizados para que em contrapartida o órgão público seja correspondido com uma prestação de serviço de maior valor, os três processos mencionados acima envolvem alguns pontos específicos que valem ser explorados.

No setor público, as atividades laborais são alicerçadas sobre normas jurídicas que exigem o comprometimento do agente público em garantir os resultados predeterminados pelos formuladores das políticas públicas. (WEBER, 2000). O absenteísmo-doença é definido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como a “ausência ao trabalho decorrente de uma incapacidade do indivíduo, exceto por gestação ou prisão”, podendo ser atribuído a uma

doença ou lesão acidental (OIT, 1991).

Segundo Martins (2005) o absenteísmo na área pública é uma realidade assim como no setor privado, bem como, considera-se seu impacto econômico bastante preocupante, uma vez que gera gastos públicos, afetando toda a população. Para Furlan (2018) o absenteísmo é caracterizado quando há falta de profissionais em um ou mais dias, exceto quando previsto pela instituição contratante ou previsão legal (férias, folgas, acidentes de trabalho, licenças e outros). O diagnóstico da situação da saúde-doença dos servidores públicos pode instrumentalizar os gestores e instituições para uma adequada aplicação de políticas de saúde, trabalhando na prevenção dos agravos identificados como mais frequentes, traçando propostas de intervenção ou planos de ação viáveis a nível local, e envolver o próprio trabalhador no processo de prevenção à saúde e promoção do cuidado (CORREA; OLIVEIRA, 2020)

Segundo o Estatuto do Servidor do Paraná (Lei n.º 6.174/70) todos os servidores tem direito a licenças e afastamentos previstos em legislações específicas, como tratamento de saúde, acidente de trabalho, licenças, casamento, luto, júri, entre outras.

## **Profissionais de Saúde na Linha de Frente do Tratamento do Coronavírus no Brasil**

Desde que a epidemia foi descoberta pela China, ela se espalhou rapidamente pelo mundo todo com diferentes impactos (PEREIRA; TORRES; PEREIRA; ANTUNES; COSTA, 2020). O País vem enfrentando um de seus momentos mais críticos que é a pandemia do coronavírus (SARS-CoV-2), que se tornou um problema de nível mundial de saúde pública. Segundo pesquisa realizada pela Fiocruz em março de 2021 a força de trabalho durante a pandemia é majoritariamente feminina (77,6%). A maior parte da equipe é formada por

enfermeiros (58,8%), seguida pelos médicos (22,6%), fisioterapeutas (5,7%), odontólogos (5,4%) e farmacêuticos (1,6%), com as demais profissões correspondendo a 5,7%. Importante registrar que cerca de 25% deles foram infectados pela Covid-19. (LEONEL, 2021)

Em razão disso, os profissionais de saúde precisaram dobrar esforços para que o atendimento aos pacientes acometidos pelo coronavírus não apresentassem falhas, por outro lado muitos foram expostos a grandes riscos e precisaram se afastar de suas atividades pois também acabaram contraindo o vírus.

Para Medeiros (2020), os profissionais de saúde são particularmente susceptíveis a infecção, principalmente os enfermeiros e técnicos de enfermagem, pela grande carga horária de cuidados prestados ao paciente. Por conta da alta demanda a maioria dos hospitais que atendiam casos de coronavírus ficaram extremamente sobrecarregados, sem leitos e medicamentos suficientes para atender a grande quantidade de pacientes nessa situação, fato esse que propagou ainda mais os casos de infecção por coronavírus entre os profissionais de saúde. São nessas circunstâncias que atuam os profissionais de enfermagem, que formam a maior parte de equipes da área da saúde que se encontram na linha de frente para combater o coronavírus e somam mais de 2,3 milhões de profissionais no Brasil (sendo aproximadamente 1,3 milhões de técnicos de enfermagem, 569 mil enfermeiros, 421 mil auxiliares de enfermagem e 299 obstetrizes). (COFEN, 2021)

Um estudo realizado no Hospital Tongji, (Shanghai) com o objetivo de identificar infecção por coronavírus, nas equipes médicas, encontrou 54 pessoas atingidas pelo vírus. Desse total, 72,2% atuavam em enfermarias clínicas, 18,5% na área de tecnologia médica e apenas 3,7% estavam na emergência. (CHU,2020)

## **Absenteísmo por Infecção de Coronavírus no Brasil por Profissionais de Saúde**

Com o início da pandemia de COVID-19 em março de 2020 os hospitais precisaram ampliar suas equipes responsáveis pela linha de frente do tratamento do novo coronavírus, para que entregassem um atendimento com segurança e qualidade. Após pesquisa realizada pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) intitulada “Condições de Trabalho dos trabalhadores da Saúde no contexto da Pandemia da Covid-19”, aponta que 84% das pessoas estão com 60 horas semanais de trabalho (sobrecarga) e o número de contratos informais nesse contexto também aumentou. (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2021)

Um dos primeiros impactos diretamente percebidos nesse cenário da pandemia causada pelo novo coronavírus tem sido o absenteísmo de enfermeiros e auxiliares/técnicos de enfermagem nos serviços de saúde. As jornadas extensas e condições de trabalho diferenciadas, em razão de diversidades regionais e contratuais, expõem estes profissionais ao risco de adoecimento físico e mental, podendo afastá-los das suas atividades laborais. (SANTANA, 2018)

Diante desta crise global o quantitativo de afastamentos dos profissionais de saúde teve um grande aumento, pois muitos acabaram sendo infectados, precisando muitas vezes de mais tempo que o considerado normal para a recuperação, sem contar a exaustão física e mental. Em um estudo realizado na Itália os resultados indicaram que uma epidemia de gripe é responsável por milhares de dias perdidos no trabalho e causa perdas econômicas substanciais nos dias de doença de profissionais de saúde (GIANINO *et al.*, 2019).

## **Resultado e Discussão**

O Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais (HURCG) fica localizado na cidade de Ponta Grossa – Paraná e foi inaugurado na data de 31 de março de 2010, com atendimentos de média e alta complexidade, o que o transformou em um hospital público modelo como que traz inovações na área da saúde, propondo atendimento humanizado e de excelência as pessoas que utilizam dos serviços ofertados pelo SUS, sua atuação é de forma integrada com a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), proporcionando pesquisas acadêmicas de graduação e pós-graduação dentro do hospital e permitindo que a inovação e o ensino sejam constantes dentro das atividades desenvolvidas. (HURCG, 2022)

Atualmente o hospital conta com servidores divididos em vínculo SESA num total de 403 que fazem parte do grupo de servidores concursados pela Secretaria da Saúde, 336 servidores contratados por Processo Seletivo Simplificado (PSS) com contrato de duração de 2 anos, e em média 1.000 funcionários contratados por empresas terceirizadas, alocados em todos os setores do hospital e em diversas funções e modalidades. Além da assistência fornecida a pacientes da cidade de Ponta Grossa o HURCG ainda atende mais 11 municípios da região. (HURCG, 2021)

Segundo matéria publicada pelo HURCG em março de 2021 o hospital completou 1 ano frente ao tratamento de coronavírus, alcançando a marca de mais de mil pacientes atendidos e que passaram pela UTI Covid, tornando-se referência na região devido a qualidade de seus atendimentos de forma alinhada com a formação de profissionais de saúde, sobretudo nas residências uni e

multiprofissionais que atuam dentro do HURCG com o intuito de estender o aprendizado junto ao serviço ofertado pelo SUS dentro de diversas especialidades. (HURCG, 2021)

Com a piora da pandemia foram necessários esforços e insumos redobrados entre os profissionais que atuaram nos setores frente a estes atendimentos, isso fez com que o hospital precisasse focar por meses em atender somente casos de coronavírus e hemorragia digestiva, houve também o aumento de casos de pacientes com longa permanência dentro da UTI, com um período de 15 dias no ano de 2021, em 2020 essa média era de 10 dias.

Em agosto de 2020 o Governo do Estado do Paraná publicou uma matéria comunicando a ampliação de leitos dentro do hospital, anteriormente os mesmos faziam parte da ala neonatal, materno e infantil, que foram migrados para outro lugar para que esses fossem destinados a pacientes acometidos pelo coronavírus, que passou de 26 para 50 leitos clínicos e 30 de UTI. (SESA, 2020) Em fevereiro de 2021 uma nova ala que futuramente iria abrigar a maternidade também passou a ser composto para atendimento exclusivo de coronavírus, contando com 114 leitos, entre eles leitos emergenciais, UTI e de enfermaria para assistência a população de Ponta Grossa e região. (SESA, 2021)

## **Profissionais da Saúde no Hurcg no Primeiro Ano de Pandemia Frente ao Tratamento do Coronavírus**

Para a execução da pesquisa foram analisados os três principais setores que atuaram na linha de frente do tratamento do coronavírus no HURCG, sendo eles: clínica COVID, UTI COVID e pronto atendimento, foram tabulados os dados de servidores concursados pela Secretaria de Estado da Saúde (SESA)



e com vínculo através de Processo Seletivo Simplificado do Paraná (PSS) que possuem contrato de trabalho de dois anos, o período estudado para a tabulação dos dados baseou-se no primeiro ano de pandemia no país, com início no mês de março de 2020 até março de 2021. Com base nestas informações foram analisadas escalas de trabalho destes setores e contabilizados quantos servidores estavam atuando mês a mês dentro deste primeiro ano de pandemia.

A tabela 1 demonstra a necessidade de um aumento de servidores trabalhando frente a pandemia e conseqüentemente o crescimento da demanda de trabalho com o passar dos meses:

Tabela 1 - Número total de servidores que atuaram na linha de frente do tratamento de coronavírus entre mar/20 e mar/21 no HURCG

<b>SETOR</b>	<b>mar /20</b>	<b>abr/ 20</b>	<b>mai /20</b>	<b>jun /20</b>	<b>jul /20</b>	<b>ago /20</b>	<b>set /20</b>	<b>out /20</b>	<b>nov /20</b>	<b>dez /20</b>	<b>jan /21</b>	<b>fev /21</b>	<b>mar /21</b>
<b>Clínica Covid</b>	50	41	68	40	51	60	49	51	43	33	61	65	20
<b>UTI Covid</b>	94	117	120	144	190	186	164	173	164	168	197	206	196
<b>Pronto Atendimento</b>	42	44	45	42	40	35	40	37	38	41	53	48	56
<b>Total</b>	186	202	233	226	281	281	253	261	245	242	311	319	272

Fonte: A autora, 2022, com base na coleta de dados HURCG.

Percebe-se que durante todos os meses ocorreram alterações no quantitativo de servidores atuando nos setores apresentados na tabela 2, seja um aumento ou redução para que os mesmos fossem realocados de um setor para outro que estava com uma necessidade maior de atendimentos.

O ponto mais expressivo neste tópico foi a necessidade do aumento de profissionais da saúde trabalhando na UTI COVID do HURCG, que foi de 109% em relação ao mês de março de 2020 e março de 2021, o que confirma o agravamento da pandemia no Brasil entre esses meses, o mesmo ocorreu no pronto atendimento que também teve um aumento de 33% comparando os meses de março de 2020 e março de 2021. Já na clínica COVID o pico do aumento do quantitativo destes profissionais foi no mês de maio de 2020, que comparado ao mês de março de 2020 teve uma elevação de 36%.

## **Absenteísmo de Profissionais de Saúde no Hurcg**

No decorrer do período analisado que foi entre março de 2020 e março de 2021 ocorreram um total de 264 afastamentos, abrangendo atestados e laudos de perícia apresentados à Seção de Gestão de Pessoas do HURCG que continham o CID referente a isolamento por coronavírus que é representado pelo Z29.0.

Como aponta a tabela 2 a totalidade de dias com servidores afastados no período foi de 1.865, ao considerar os 365 dias do ano nota-se um número de afastamentos considerável de profissionais afastados por coronavírus, observa-se que a UTI COVID mesmo sendo o setor com maior número de servidores foi a que mais teve servidores afastados por este motivo pelo período de 7 dias, seguido pelo Pronto Atendimento com 17 servidores afastados pela mesma quantidade de dias, este fator contribuiu para o aumento da jornada de trabalho daqueles que não estavam afastados e precisaram suprir a necessidade do setor para cobrir o plantão daqueles que haviam sido infectados pelo coronavírus.

Tabela 2 - Número de servidores afastados entre mar/20 e mar/21 no HURCG

<b>Dias de Afastamento</b>	<b>Clínica Covid</b>	<b>UTI Covid</b>	<b>Pronto Atendimento</b>	<b>Total de Profissionais</b>	<b>Total de dias em afastamento</b>
1	2	18	4	24	24
2	1	4	1	6	12
3	2	9	4	15	45
4	3	8	6	17	68
5	5	15	3	23	115
6	1	15	3	19	114
7	16	44	17	77	539
8	2	8	1	11	88
9	3	5	1	9	81
10	8	16	5	29	290
11	1	6	2	9	99
12	1	1	1	3	36
13	0	2	1	3	39
14	5	9	1	15	210
15	0	3	0	3	45
60	1	0	0	1	60
<b>TOTAL</b>				<b>264</b>	<b>1865</b>

Fonte: A autora, 2022, com base na coleta de dados HURCG.

Nota-se também que a maior parte dos afastamentos se deu pelo período de 7 dias entre os servidores afastados, seguindo o protocolo para isolamento de casos leves e moderados recomendado pelo Ministério da Saúde que consta no Guia de Vigilância Epidemiológica, onde indica que o isolamento deve ser feito por 7 dias e o retorno as atividades pode ocorrer somente se o profissional estiver sem sintomas respiratórios ou febre nas últimas 24 horas. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2022)

Outra questão que se destaca é a totalidade de dias que em afastamento de servidores que necessitaram ficar em isolamento por 10 dias para uma melhor recuperação pois ainda apresentavam sintomas, em conformidade com artigo publicado pela Folha de São Paulo em 2020 indicando que a OMS (Organização Mundial da Saúde) havia definido uma nova orientação sobre o prazo de isolamento, que variavam de 7 a 14 dias, dependendo do estado de saúde do paciente. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2020). Considerando o total de servidores que fizeram parte da amostra e o número total de dias em afastamentos, a média fica em torno de 7 dias de afastamento por servidor durante o primeiro ano de pandemia analisado dentro do HURCG.

## **Taxa de Absenteísmo entre Profissionais de Saúde no Hurcg**

Após a coleta e tabulação dos dados foram analisados mês a mês entre março de 2020 e março de 2021 observando o total de servidores de cada setor e a quantidade de afastamento naquele mesmo mês, conforme tabela 3.

Tabela 3 - Taxa de absenteísmo entre profissionais de saúde no HURCG

Setor	Mês	Clínica Covid	UTI Covid	Pronto Atendimento	Total
Total	mar/20	50	94	42	186
Afastados		0	5	0	5
Percentual		0%	5%	0%	3%
Total	abr/20	41	117	44	202
Afastados		4	5	0	9
Percentual		10%	4%	0%	4%
Total	mai/20	68	120	45	233
Afastados		4	22	2	28
Percentual		6%	18%	4%	12%
Total	jun/20	40	144	42	226
Afastados		2	14	7	23
Percentual		5%	10%	17%	10%
Total	jul/20	51	190	40	281
Afastados		8	7	2	17
Percentual		16%	4%	5%	6%
Total	ago/20	60	186	35	281
Afastados		6	31	15	52
Percentual		10%	17%	43%	19%
Total	set/20	49	164	40	253
Afastados		7	21	0	28
Percentual		14%	13%	0%	11%

Total	out/20	51	173	37	261
Afastados		1	8	0	9
Percentual		2%	5%	0%	3%
Total	nov/20	43	164	38	245
Afastados		3	17	6	26
Percentual		7%	10%	16%	11%
Total	dez/20	33	168	41	242
Afastados		6	5	4	15
Percentual		18%	3%	10%	6%
Total	jan/21	61	197	53	311
Afastados		1	12	9	22
Percentual		2%	6%	17%	7%
Total	fev/21	65	206	48	319
Afastados		5	5	0	10
Percentual		8%	2%	0%	3%
Total	mar/21	20	196	56	272
Afastados		3	9	0	12
Percentual		15%	5%	0%	4%

Fonte: A autora, 2022, com base na coleta de dados HURCG.

Foi identificado que já no mês de março de 2020 quando a pandemia foi decretada em todo o país a UTI COVID já contava com 5% de seu quadro de funcionários que fizeram parte da amostra desta pesquisa em afastamento por coronavírus, no mês de abril de 2020 o índice subiu na Clínica COVID que possuía 10% de seus servidores afastados pela doença, em maio de 2020 a UTI volta a ter uma alta na taxa de absenteísmos, ficando com 18% de sua equipe

ausente, estas informações caminham juntas com o crescimento da disseminação do vírus no Brasil entre os profissionais de saúde, em março de 2020 a BBC News divulgou uma reportagem anunciando o aumento crescente de pacientes acometidos pelo coronavírus no país, a matéria aponta a demora nos resultados dos exames, e o quanto isso afeta a transmissão do vírus, e também fala sobre a pressão que os profissionais de saúde sentiam ao atender pacientes suspeitos ou positivados, a matéria ainda leva em consideração que em um hospital público de São Paulo em poucos dias de atendimento 4 funcionários já estavam em afastamento com sintomas de coronavírus. (BBC NEWS BRASIL, 2020).

Prosseguindo com a análise das taxas de absenteísmo é nítido o aumento do índice de ausências por coronavírus no Pronto Atendimento do HURCG no mês de junho de 2020 com 17% de sua equipe afastada, em agosto de 2020 essa taxa sobe para 43%, o que demonstra que o setor estava operando com quase metade do grupo ausente. Segundo o Jornal Nexo de Políticas Públicas, em agosto de 2020 o Brasil ocupava o segundo lugar no ranking internacional em números de casos e óbitos chegando a marca de 100 mil mortes e 3 milhões de infecções provocadas pelo coronavírus desde o início da pandemia, no mesmo mês o Tribunal de Contas da União cobrava um Plano Nacional de Vacinação em um prazo de 15 dias para a Casa Civil da Presidência da República. (NEXO, 2021)

Ao somar o total de servidores que atuavam no mês de agosto nos três setores da linha de frente do coronavírus no HURCG obteve-se a maior taxa de absenteísmo em comparação com os demais meses no período analisado na amostra, indicando que 19% dos 281 servidores estavam com sintomas da doença ou positivados naquele mês. A Clínica COVID atingiu no mês de setembro uma taxa de absenteísmo de 14% ultrapassando a UTI COVID que no

mesmo mês tinha 13% dos 164 servidores afastados, em outubro esse índice caiu para 5%.

O mês de novembro de 2020 no Brasil iniciou com uma alta na incidência do coronavírus em alguns estados incluindo o Paraná, que segundo a matéria da Agência Brasil serviu de alerta para o início da segunda onda no país, essa conclusão se deu após divulgação do Boletim Observatório COVID-19 da Fundação Oswaldo Cruz advertir sobre a ameaça. (AGÊNCIA BRASIL, 2020) No Pronto Atendimento do HURCG a taxa de absenteísmo dos profissionais de saúde em novembro de 2020 subiu para 16%, uma alta significativa comparado ao mês de outubro de 2020 que não foi apresentado nenhum afastamento.

Em dezembro de 2020 segundo artigo divulgado pelo G1 o Brasil atingiu a maior média móvel de casos de coronavírus desde agosto, com 40.421 novos casos por dia e o Paraná novamente estava entre os estados em alta também na média de mortes por coronavírus. (G1, 2020) Esse crescimento se apresentou da mesma forma na Clínica COVID do HURCG no mês de dezembro de 2020, com uma taxa de absenteísmo dos profissionais de 18%, uma alta de 11% equiparada ao mês anterior.

Com as comemorações de fim de ano, janeiro de 2021 foi o mês com mais casos de coronavírus no país, ultrapassando dezembro de 2020 segundo a Folha de São Paulo com 1.386.005 pessoas infectadas com o vírus no Brasil. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2021) A mesma linha de crescimento dos casos ocorreu no Pronto Atendimento do HURCG, com 17% de sua equipe afastada em consequência da infecção do coronavírus, um aumento de 7% em relação a dezembro de 2020. Com o início do mês de março de 2021 foi identificada uma taxa de absenteísmo maior na Clínica COVID chegando a 15% do seu quadro de servidores afastados, 7% a mais que no mês de fevereiro de 2021.



Vale ressaltar que dentre os 12 meses analisados na amostra, em 6 meses o Pronto Atendimento não contou com nenhum afastamento, este fato reforça as práticas de segurança e os protocolos seguidos pelo HURCG em concordância com a avaliação emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) em fevereiro de 2022.

## **Causas do Absenteísmo de Profissionais de Saúde no Hurcg**

As informações coletadas para a pesquisa apontam as principais causas do absenteísmo pelos servidores que atuaram na linha de frente do tratamento de coronavírus no HURCG no primeiro ano de pandemia, dentre eles estão o isolamento por infecção por coronavírus de localização não especificada, tosse e outras doenças de vias aéreas, COVID-19 com vírus identificado, asma, febre, pneumonia devida a outros microorganismos infecciosos especificados, amigdalite aguda, influenza devida a vírus não identificado, cefaleia, bronquite aguda, infecção aguda das vias aéreas superiores não especificada, nasofarínge aguda, pneumonite, dor salga, gastroenterite de origem infecciosa e embolia pulmonar.

Os profissionais de saúde têm uma importante necessidade de trabalhar com segurança em seu ambiente de trabalho, pois estão frequentemente expostos a riscos de infecções como o coronavírus, esses cuidados se dão com o uso de equipamentos de proteção individual, treinamentos para o uso correto destes e saber identificar os principais riscos existentes no local onde desenvolve suas atividades.

Conforme PORTARIA INTERMINISTERIAL MTP/MS Nº 14, DE 20 DE JANEIRO DE 2022 publicada em Diário Oficial da União devem-se seguir medidas para controle e prevenção da transmissão coronavírus no ambiente de

trabalho, entre elas o afastamento de funcionário com sintomas gripais compatíveis com o coronavírus, como: febre, tosse, dificuldade respiratória, dor de garganta e de cabeça e coriza. (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2022)

Em concordância com estas orientações o HURCG cumpre seu papel perante a segurança e bem-estar de seus servidores e pacientes, em fevereiro de 2022 a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) enviou um parecer emitido através de uma avaliação nacional das práticas de segurança do paciente, que concedeu ao HURCG uma taxa de adesão de 95,24% nos protocolos examinados, que considera manuais, planilhas com indicadores, processos e taxas do trabalho dos setores, ao todo foram avaliados 21 indicadores de estrutura e processos que estabelece as práticas de segurança do paciente em serviços de saúde. (HURCG, 2022).

## **REFERÊNCIAS**

AGÊNCIA BRASIL. **Fiocruz: aumento de casos e óbitos de covid-19 deve servir de alerta.** Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-11/fiocruz-aumento-de-casos-e-obitos-de-covid-19-deve-servir-de-alerta> > Acesso em: 21 de fev. de 2022.

BBC NEWS BRASIL. **‘Estamos apavorados’: o drama de médicos na linha de frente do atendimento ao coronavírus no Brasil.** Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52057783> > Acesso em: 21 de fev. de 2022.

BERGUE, Sandro Trescastro. **Gestão de Pessoas em Organizações Públicas.** 2. ed. rev. e atual. Caxias do Sul: Educs, 2007.

BERGUE, SandroT. **Gestão de Pessoas em Organizações Públicas.** 3.ed. Caxias do Sul, RS: Educs, 2010.

CHU J, **Clinical characteristics of 54 medical staff with COVID-19: A retrospective study in a single center in Wuhan, China.** 2020.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM, **Brasil perde ao menos um profissional de saúde a cada 19 horas para a Covid**. Disponível em: <[http://www.cofen.gov.br/brasil-perde-ao-menos-um-profissional-de-saude-a-cada-19-horas-para-a-covid\\_85778.html](http://www.cofen.gov.br/brasil-perde-ao-menos-um-profissional-de-saude-a-cada-19-horas-para-a-covid_85778.html)>. Acesso em: 20 de nov. de 2021.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Impacto da pandemia na saúde dos trabalhadores e trabalhadoras foi destaque em reunião do CNS**. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1746-impacto-da-pandemia-na-saude-dos-trabalhadores-e-trabalhadoras-foi-destaque-em-reuniao-do-cns>> Acesso em: 08/01/2022.

CORREA, Paula; OLIVEIRA, Paulo. **O absenteísmo dos servidores públicos estaduais de Santa Catarina**. Revista Prâksis. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraksis/article/view/2079>> Acesso em: 22 de jan. de 2022.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **PORTARIA INTERMINISTERIAL MTP/MS Nº 14, DE 20 DE JANEIRO DE 2022**. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-interministerial-mtp/ms-n-14-de-20-de-janeiro-de-2022-375794121>> Acesso em: 21 de fev. de 2022.

FIOCRUZ. 2021. **H3N2 Darwin: saiba mais sobre o tipo do vírus influenza em circulação no país**. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/h3n2-darwin-saiba-mais-sobre-o-tipo-do-virus-influenza-em-circulacao-no-pais>> Acesso em: 16/01/2022.

FOLHA DE SÃO PAULO. **OMS recomenda novo prazo de isolamento, de ao menos dez dias, em casos de novo coronavírus**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/06/oms-recomenda-novo-prazo-de-isolamento-de-ao-menos-dez-dias-em-casos-de-novo-coronavirus.shtml>> Acesso em: 21 de fev. de 2022.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Janeiro é o mês com mais casos de Covid-19 no Brasil, seguido por dezembro**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/01/janeiro-e-o-mes-com-mais-casos-de-covid-19-no-brasil-seguido-por-dezembro.shtml>> Acesso em: 21 de fev. de 2022

GIANINO, Maria Michela *et al.* **Custo do absenteísmo da doença durante surtos sazonais de gripe de média intensidade entre trabalhadores de saúde.** Revista Internacional de Pesquisa Ambiental e Saúde Pública. V. 16, n. 5, p. 747, 2019. Disponível em: < <https://www.mdpi.com/1660-4601/16/5/747/htm>. > Acesso em: 20 de nov. de 2021.

G1, GLOBO. **Brasil tem mais de 40 mil casos de Covid por dia na média móvel, maior marca desde agosto.** Disponível em: < <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/12/03/casos-e-mortes-por-coronavirus-no-brasil-em-3-de-dezembro-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml> > Acesso em: 21 de fev. de 2022.

HELDER, R. R. **Como fazer análise documental.** Porto, Universidade de Algarve, 2006.

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO REGIONAL DOS CAMPOS GERAIS. **Hospital Universitário da UEPG completa onze anos de história e 1 ano no combate à pandemia.** Disponível em: < <https://hu.uepg.br/noticias/hospital-universitario-da-uepg-completa-onze-anos-de-historia-e-1-ano-no-combate-a-pandemia/#> > Acesso em 21 de fev. de 2022.

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO REGIONAL DOS CAMPOS GERAIS. **Anvisa avalia que HU-UEPG tem alta adesão em práticas de segurança ao paciente.** Disponível em: < <https://hu.uepg.br/noticias/anvisa-avalia-que-hu-uepg-tem-alta-adesao-em-praticas-de-seguranca-ao-paciente/> > Acesso em: 21 de fev. de 2022.

INSTITUTO BUTANTAN. **Retrospectiva 2021: segundo ano da pandemia é marcado pelo avanço da vacinação contra Covid-19 no Brasil.** 2021. Disponível em: < <https://butantan.gov.br/noticias/retrospectiva-2021-segundo-ano-da-pandemia-e-marcado-pelo-avanco-da-vacinacao-contra-covid-19-no-brasil> > Acesso em: 16/01/2022.

KNECHTEL, Maria do Rosário. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada.** Curitiba: Intersaberes, 2014.

KRIPKA, R. M. L.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. L. **Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização.** Revista de investigaciones UNAD, Bogotá, Colombia, v. 14, n. 2, p. 55-73, 2015.

KUPFERSCHIMID, K, Cohen J. **Can China's COVID-19 strategy work elsewhere?** Science 2020; 367(6482): 1061-1062.

LEONEL, Filipe. **Pesquisa analisa o impacto da pandemia entre profissionais de saúde.** Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2021.

MAENO M, CARMO JC. **A COVID-19 é uma doença relacionada ao trabalho.** 2020. Disponível em: < <http://observatoriodamedicina.ensp.fiocruz.br/a-covid-19-e-uma-doenca-relacionada-ao-trabalho-por-maria-maeno-e-jose-carlos-do-carmo> > Acesso em: 16 de jan. de 2022.

MARTINS, G. de A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MARTINS, R. J. *et al.* **Absenteísmo por motivo odontológico e médico nos serviços público e privado.** Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, São Paulo, v. 30, n. 111, p. 9-15, 2005.

MEDEIROS E.A. **A luta dos profissionais de saúde no enfrentamento da COVID-19.** Acta Paul Enferm. v. 33, 2020. Disponível em:< <http://dx.doi.org/10.37689/acta-ape/2020EDT0003> > Acesso em: 20 de nov. de 2021.

MESQUITA, F. B. M., **Impactos da COVID-19 sobre os profissionais de saúde no contexto pandêmico: uma revisão integrativa da literatura.** Revista Ele-trônica Acervo Saúde. Centro Universitário Presidente Antônio Carlos (UNIPAC-JF), Juiz de Fora - MG. 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR). **COE – COVID-19. Boletim Epidemiológico Especial.** Disponível em: < <https://www.saude.gov.br/images/pdf/2020/May/29/2020-05-25---BEE17---Boletim-do-COE.pdf> > Acesso em 16/01/2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR). **Ministério da Saúde reduz para 7 dias o isolamento de casos por Covid-19.** Disponível em: < <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/janeiro/ministerio-da-saude-reduz-para-7-dias-o-iso-lamento-de-casos-por-covid-19#:~:text=O%20isolamento%20de%20ca-sos%20leves,sem%20o%20uso%20de%20antit%C3%A9rmicos.> > Acesso em: 21 de fev. de 2022.

NEXO POLÍTICAS PÚBLICAS. **O primeiro ano de pandemia no Brasil em 43 eventos.** Disponível em: : < <https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2021/O-primeiro-ano-de-pandemia-no-Brasil-em-43-eventos> > Acesso em: 21 de fev. de 2022.

OFICINA INTERNACIONAL DEL TRABAJO (OIT). **Enciclopedia de salud, seguridad e higiene en el trabajo.** Madri: Centro de Publicaciones del Ministerio de Trabajo y Seguridad Social; 1991.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS). Folha Informativa – COVID 19.** Disponível em: < [https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875). > Acesso em: 16/01/2022.

PEREIRA, M.D.; TORRES, E.C.; PEREIRA, M.D.; ANTUNES, P.F.S.; COSTA, C.F.T. **Sufrimento emocional dos enfermeiros no contexto hospitalar frente à pandemia de COVID-19.** Research, Society and Development. 2020; 9(8): e67985121. Disponível em: < [https://www.researchgate.net/publication/342592079\\_Sufrimento\\_emocional\\_dos\\_Enfermeiros\\_no\\_contexto\\_hospitalar\\_frente\\_a\\_pandemia\\_de\\_COVID-19](https://www.researchgate.net/publication/342592079_Sufrimento_emocional_dos_Enfermeiros_no_contexto_hospitalar_frente_a_pandemia_de_COVID-19) >. Acesso em: 20 de nov. de 2021.

SANTA CASA DE SÃO PAULO. **Pandemia de covid-19 aumenta demanda por profissionais de Enfermagem.** 2021. Disponível em: < <https://fcmstacasp.edu.br/blog/pandemia-de-covid-19-aumenta-demanda-por-profissionais-de-enfermagem/> > Acesso em: 16 de jan. de 2022.

SANTANA, L. **Riscos psicossociais e saúde mental em ambiente hospitalar: com a voz o trabalhador.** Curitiba (PR): Universidade Federal do Paraná; 2018.

SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PARANÁ. **Governo amplia leitos no Hospital Universitário dos Campos Gerais.** Disponível em: < <https://www.saude.pr.gov.br/Noticia/Governo-amplia-leitos-no-Hospital-Universitario-dos-Campos-Gerais> > Acesso em: 21 de fev. de 2022.

SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PARANÁ. **Nova ala amplia atendimento no Hospital Universitário dos Campos Gerais.** Disponível em: < <https://www.saude.pr.gov.br/Noticia/Nova-ala-amplia-atendimento-no-Hospital-Universitario-dos-Campos-Gerais> > Acesso em: 21 de fev. de 2022.

SILVA FURLAN JA DA, Stancato K, José Gomes Campos C, Maria Silva E. **O profissional de enfermagem e sua percepção sobre absenteísmo.** Rev. Eletr. Enferm. 2018.

UMA-SUS. **Coronavírus: Brasil confirma primeiro caso da doença.** Fev. de 2020. Disponível em: < <https://www.unasus.gov.br/noticia/coronavirus-brasil-confirma-primeiro-caso-da-doenca> > Acesso em: 08/01/2022.

WEBER, M. **A Ética protestante e o Espírito do Capitalismo.** São Paulo: Com-panhia das Letras. 2000



## CAPÍTULO 3

# O RACISMO E A VIOLAÇÃO DE DIREITOS: LIMITAÇÃO DE ACESSO AO SISTEMA DE GARANTIAS DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE EM MARINGÁ

*Gabriela Pereira Bernardo*

*Sergio Ricardo Gaspar*

Doi: 10.48209/978-65-5417-032-4

### **Introdução**

As teorias relacionadas ao racismo foram fomentadas a partir do século XIX, período em que correntes como positivismo, evolucionismo social e darwinismo social eram sustentadas pela burguesia em prol dos seus interesses. Foram essas teorias que serviram como estrutura para a construção do conceito de raça e, conseqüentemente, do racismo (CFP, 2017). O racismo é caracterizado como um conjunto de formas sistemáticas de discriminação, por meio de práticas conscientes ou subconscientes fundamentadas no grupo racial ao qual



os indivíduos pertencem, que resultam em privilégios ou desvantagens (ALMEIDA, 2019).

O racismo ocorre a partir da existência de uma disparidade de poder entre grupos raciais, na qual aqueles que exercem um papel dominante sobre a organização econômica e política da sociedade têm domínio sobre o outro (ALMEIDA, 2019). A segregação racial é um dos maiores mantenedores das desigualdades materiais e simbólicas no Brasil, e de forma sutil e violenta, dirige as formas de percepção, pensamento e interação. Com isso, tem uma função social própria concentrada na estratificação racial e na manutenção dos privilégios da população branca. Assim, por meio de um evidente favorecimento econômico, psicológico, cultural e político, os brancos estão à frente da população negra (HASENBALG et.al, 1998).

Nessa perspectiva, a concepção de raça é utilizada como um operador social que agrega indivíduos e grupos que compartilham certas características físicas observáveis. Consequentemente, o estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça atua na manutenção da hegemonia de determinados grupos raciais no poder. Desse modo, enquanto estrutura de violência ampla, complexa e sistêmica, que perpassa a cultura, a história de vida e a cidadania, o racismo constitui-se como uma estratégia de dominação. Essa “superioridade branca” origina-se da noção historicamente construída que atribui o grupo negro, que engloba pretos e pardos, aos lugares mais desqualificados. (ZAMORA, 2012; SCHUCMAN, 2014).

Embora o racismo ainda seja um problema social evidente no país, avanços importantes na melhoria da qualidade de vida das crianças negras ocorreram desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF). Contudo, foi apenas no ano 1990, com a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990), que a proteção desses grupos passou a ser tratada em

um documento legal que expressa uma real evolução no âmbito da infância e da juventude, trazendo ao ordenamento jurídico novas concepções (MARCÍLIO, 1998).

A partir da promulgação do ECA, houve progressos significativos como a redução dos índices de mortalidade infantil, a intensificação das políticas públicas de ensino e garantias de direitos. Esses avanços precisam ser investigados de forma sistemática e interseccional, por meio da análise da realidade social das crianças pretas, pois, na perspectiva dos direitos humanos, essa igualdade é fundamental para que todos se beneficiem dos progressos alcançados (UNICEF, 2010). Isto pois, apesar da CF, crianças e adolescentes, sobretudo negros, continuam sendo vítimas de um sistema social brasileiro que discrimina, negligencia, violenta e os assassina (WASELFISZ, 2015).

De acordo com o Mapa da Violência de 2016, em 2014, cerca de 45 mil pessoas foram mortas por arma de fogo no Brasil. Enquanto o número de brancos mortos por arma de fogo entre os anos de 2003 e 2014 teve queda de 26,1%, entre a população negra houve aumento de quase 47% (WASELFISZ, 2015). Ainda que existam atualmente no Brasil cerca de 16 milhões de adolescentes e jovens totalmente entregues à própria sorte, sem a menor perspectiva de vida; ou melhor, sua única perspectiva são o banditismo e a morte e estes são, em sua maioria, negros.

A violência é compreendida como evento organizado por pessoas, grupo, e/ou classe, que tem como objetivo causar dano físico, moral, espiritual ou psicológico a outrem. De um modo geral, esta representa um problema de saúde pública que tem provocado efeitos marcantes na morbidade e na mortalidade da população (CAMARGO et al., 2005). Sendo que a violência étnico-racial nem sempre deixa marcas visíveis, porém, atinge diretamente a construção da subjetividade e da identidade da criança negra (EURICO, 2020).

Por meio da produção de conhecimento que legitima o racismo e toma por padrão uma realidade social que não contempla a diversidade brasileira, a Psicologia posicionou-se historicamente como cúmplice dessa construção, contribuindo com teorias eurocêntricas discriminatórias que validam cientificamente estereótipos infundados (CFP, 2017). Sendo um exemplo disso o fato de que a temática do racismo só foi incorporada pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) no início dos anos 2000, a partir da publicação da Resolução nº 18 de 2002, que estabelece normas de atuação para os/as psicólogos/as em relação ao preconceito e à discriminação racial, o que interfere diretamente em como crianças e adolescentes constroem sua personalidade.

O mecanismo que explica em parte a temática do racismo pelo CFP é o racismo estrutural que é definido como a normalidade na qual o racismo está presente nas relações sociais, econômicas, políticas e jurídicas, fazendo com que a reprodução da desigualdade racial não seja extirpada pela responsabilização individual e jurídica por atos racistas (ALMEIDA, 2018). E, este causa impactos danosos e marcantes na história de vida das crianças e dos adolescentes negros. As marcas psíquicas, sociais e culturais ensinam muita coisa a quem assiste. Logo, ao presenciar atos de discriminação por parte dos adultos, a criança e ao adolescente podem aprender a discriminar. Nesse sentido, a Psicologia pode colaborar para dismantelar essa modalidade de dominação, incluindo-se o campo acadêmico com a finalidade de fomentar discussões antirracistas.

Destarte, a presente pesquisa teve como objetivo investigar como foi trabalhada, debatida e acolhida a temática do racismo estrutural na infância na cidade de Maringá, localizada na região Norte do Paraná. Para tanto, ao longo da pesquisa, discutiu-se as ações extensionistas do projeto nomeado Núcleo de Estudos e Defesa dos Direitos da Infância e Juventude (NEDDIJ) e a partir desse que se refletiu a extensão dentro da Psicologia e do Direito da Universidade Estadual de Maringá.

O NEDDIJ é um espaço no qual alunos de graduação, pós-graduação e professores das áreas de Psicologia e de Direito, além de outros profissionais comprometidos com a defesa dos direitos e o embate das violências, possuem a oportunidade de discutir com profundidade assuntos relacionados à criança e ao adolescente, fortalecendo a interdisciplinaridade, por meio do incentivo da produção de pesquisas, ações de extensão e assessorias para a comunidade.

## **Violência e Direitos Humanos**

De acordo com o entendimento de Chaui (2006), um direito não é resultado de carências e privilégios de determinado grupo de sujeitos, não é particular de cada um ou específico; pelo contrário, trata-se de algo universal, que é produto de uma construção social, fundamentado nas relações que os indivíduos estabelecem entre si e com o mundo. Trata-se, portanto, de um direito imbuído de conteúdo ético e que exerce um feito histórico. Da mesma forma, Baptista (2012) atribui o direito da pessoa como produto de conteúdo ético proveniente da construção social, a partir de um processo histórico e dinâmico de conquistas e do estabelecimento de espaços emancipatórios da dignidade do ser humano.

A história da consolidação de direitos tem como marco diversas transformações sociais e políticas, que foram definidas por pautas e acordos internacionais. Esses eventos são responsáveis por evidenciar o reconhecimento como efetivação dos direitos naturais e civis, a exemplo do “*Bill of Rights*” de 1689, e que ficou mundialmente conhecido como Declaração de Direitos. Exatamente 100 anos depois, a Revolução Francesa foi a responsável pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, tendo como inspiração o Iluminismo fundamentando-se em três pilares: igualdade, liberdade e fraternidade. Todavia, a consolidação efetiva dos Direitos Humanos veio séculos mais tarde, por meio

da Organização das Nações Unidas, no ano de 1948, pós segunda guerra mundial (TRINDADE, 2006).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) exemplifica como o conceito de cidadania são moldam concepções de universalidade e indivisibilidade de direitos. A universalidade é caracterizada pela capacidade de abranger todas as nações sem distinção nenhuma, sob o pressuposto de que os valores inerentes ao ser humano se sobrepõem ao Estado e à cultura. A indivisibilidade traz o entendimento de que os direitos civis e políticos são interdependentes, com os direitos econômicos, sociais e culturais. Esse documento traz, ainda, os direitos civis e políticos à liberdade de expressão, ao direito de ir e vir e ao direito à vida; bem como os direitos econômicos e sociais relacionados à educação, à cultura, à habitação e à saúde.

Colocando-se em uma linha histórica o Brasil os direitos foram difundidos por etapas, a exemplo da década de 1930 em que se tratou apenas os direitos relacionados ao trabalho urbano e de sindicalização dos trabalhadores. Todavia, a discussão sobre Direitos Humanos ganhou força a partir da ditadura civil-militar e implementada a partir de 1964. Isso porque, o golpe foi marcado por intensa violação aos direitos. Com isso, começa-se organizar, dentro das igrejas, movimentos de diferentes ordens para resgatar a liberdade e os direitos civis e políticos (BAPTISTA, 2012).

As décadas de 1970 e 1980 ficaram marcadas pela retomada dos Direitos Humanos no Brasil e inclusão na agenda política, moldando, assim, a cidadania brasileira. A mulher, que antes não tinha seu direito ao voto e não era considerada uma cidadã de direitos, passou a dispor de direitos que deveriam ser seus por garantia. A pessoa preta, que antes não podia habitar o mesmo lugar que a

população branca, após muitas lutas e violências simbólicas sofridas, passaram a conviver e a conquistar cada vez mais espaços (SCHUCMAN, 2014).

É importante destacar quando se trata da temática de Direitos Humanos, o conceito de cidadania necessita ser abordado com um cuidado especial. Isto pois, a concepção de cidadania está relacionada a uma ordem jurídico-política de um país, de um Estado. Nela, a Constituição é que determina quem é cidadão e quais direitos e deveres este irá dispor de acordo com uma série de variáveis, tais como idade e estado civil, por exemplo. A ideia de cidadania não é, portanto, universal. Por outro lado, os Direitos Humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, não estabelecendo variáveis que determinem que é ou não detentor de tais direitos (SOARES, 1998).

Ao se pensar o ser humano deve-se considerar que sobre este converge diversos marcadores sociais e que o posiciona em diferentes estratos culturais. Tomando esse conjunto de marcadores sociais indica a quem tem acesso e a quem se destina os Direitos Humanos posto que têm natureza interseccional. E da condição interseccional de acordo com Kimberlé e Crenshaw (1989), é possível identificar que sujeitos sofrem as mais diversas formas de agressão em razão da sua ontogênese, filogênese e cultura.

Assim das marcas de identidades e de histórias carregadas pelos sujeitos e de como os preconceitos se sobrepõem e se interseccionalizam pode-se compreender a infância e sua relação direta com os Direitos Humanos. Sendo que no campo da Psicologia, a atuação sobre a temática dos Direitos Humanos é voltada principalmente para o rompimento de padrões normativos e opressores da diversidade humana (GESSER, 2013).

## **Infância e sua construção e reprodução na sociedade**

A história da humanidade se transmuta constantemente, a visão a respeito da infância não permanece inerte. As evoluções dos grupos sociais refletem diretamente na forma como a criança passará a ser integrada a essa nova realidade e como essa dinâmica resultará no seu contato com o meio externo, principalmente por meio das constatações históricas, jurídicas e psicológicas.

A infância, em linha gerais, diz respeito a uma fase da vida que todo sujeito perpassa. Conhecida como a época pueril e inocente do ser humano, a infância, conjugada com o momento da adolescência, constitui uma fase de desenvolvimento importante para a formação do indivíduo. Entende-se no Brasil, segundo os critérios etários do ECA (BRASIL, 1990), que criança é a pessoa com até doze anos incompletos e o adolescente, aquele entre doze e dezoito anos.

Diferentemente do Brasil contemporâneo na Antiguidade e o início da Idade Média foram marcados pela prática do infanticídio e do abandono de crianças, bem como por outras práticas extremamente cruéis, todas tratadas com grande naturalidade pela sociedade. A distinção entre o período infantil e a fase adulta era praticamente inexistente. Não havendo essa noção consolidada na sociedade, entendia-se que assim que a criança desse os primeiros indícios de que era capaz de sobreviver sem os cuidados básicos de sua genitora, poderia passar a ser tratada como adulto (MARCÍLIO, 1998).

Por sua vez, na Modernidade, a partir do século XVIII, traz consigo diferentes sentimentos em relação às crianças, demonstrando grande preocupação e apreço. Nesse momento, esses indivíduos passam a ser entendidos e tratados

como sujeitos em desenvolvimento e a ter suas necessidades e particularidades compreendidas pela sociedade. Ariès (1981, p. 5) menciona que “[...] a despeito das muitas reticências e retardamentos, a criança foi separada dos adultos e mantida à distância, numa espécie de quarentena, antes de ser solta no mundo. Essa quarentena foi a escola, o colégio”.

Desenvolve-se então atenção especial à vida das crianças e à compreensão sobre a necessidade de estabelecer seus direitos. Somente ao final do século XX que se pode perceber no Brasil uma iniciativa prática da proteção integral à criança e seu reconhecimento como sujeito de direito. Mudanças essas, ocasionadas especialmente pelas transformações sociais e científicas da época, que culminaram no advento da Constituição Federal de 1988, que destinou seu Capítulo VII a tratar da família, da criança, do adolescente, do jovem e do idoso (BRASIL, 1988).

Somado a isso, em 1990, outro marco importante quanto aos direitos da infância, é a promulgação da Convenção sobre os Direitos da Criança. O documento trata essencialmente da proteção às situações de violência e exploração sexual contra os infantes, de modo a responsabilizar o Estado, que passa a ter o dever de proteger e prestar o apoio necessário diante dessas situações, como consta no artigo 34 da Convenção:

Os Estados Partes tomarão, em especial, todas as medidas de caráter nacional, bilateral e multilateral que sejam necessárias para impedir: a) o incentivo ou a coação para que uma criança se dedique a qualquer atividade sexual ilegal; b) a exploração da criança na prostituição ou outras práticas sexuais ilegais; c) a exploração da criança em espetáculos ou materiais pornográficos. (UNICEF, 1990, on-line)

Alinhado a Marcílio (1988) no tocante a necessidade da proteção da criança e que essa é vulnerável. Todavia, parte dessas crianças sofreram o processo de racialização em decorrência do sistema escravagista aplicado ao Bra-



sil. Identificou-se que nesse período que foi onde a atrocidade contra crianças e adolescentes pretas e pardas chegou ao seu auge e que muitas delas ao nascerem, filhas de mulheres que foram escravizadas, eram abandonadas em instituições conhecidas como “Roda de Expostos”, criadas a partir do século XVII (CAMARGO et al., 2005).

Por fim, no mesmo ano, houve o surgimento do ECA, o qual, de acordo com o apontamento feito por Marcílio (1998), trata-se do primeiro documento legal que expressa uma real evolução no âmbito da proteção jurídica da infância e da juventude, ao passo que traz ao ordenamento jurídico novas concepções. Não obstante, o significado atribuído atualmente à criança, bem como na construção do conjunto de normas que destina à proteção da infância. Diante do exposto, verifica-se que, por meio de diversos marcos históricos, a proteção e a integridade das crianças surgiram gradativamente. Com isso, identificou-se a necessidade da criação de legislações específicas, a fim de assegurar os direitos conquistados a partir de lutas e transformações sociais.

## **Racismo e Políticas Públicas no Brasil**

Compreender o racismo na sociedade brasileira contemporânea como estrutural implica no reconhecimento de que as crianças e os adolescentes permanecem sendo negligenciados ao acesso dos direitos mais básicos (Veronese et al. 2020). Em seu trabalho, Lima (2020), discorre sobre a evidente segregação racial que assola as crianças e os adolescentes inseridos na sociedade brasileira:

A infância empobrecida e violentada no Brasil tem cor e é negra, e por mais que gostaríamos de dizer o contrário, pesam sobre elas a permanência diuturna nos piores indicadores sociais – saúde, condições de moradia, taxa de analfabetismo, evasão escolar, distorção série x idade, renda familiar, indicadores de violência – desde o abuso e exploração sexual às balas que não são perdidas, mas são “achadas”. Elas encontram seus pequenos corpos e seguem confirmando uma necropolítica engendrada garantindo ao Estado o poder de dizer quem morre e quem vive. (LIMA, 2020, p. 134)

O caráter universal dos direitos das crianças e dos adolescentes no país apresenta, portanto, um efeito duplo: um positivo e outro negativo. O efeito positivo está relacionado à transformação no conceito formal de “para quem” a lei direciona sua proteção. Quando comparado aos modelos anteriores, apresenta um evidente controle social e normatização sobre as crianças pobres, grande parte delas negras, e suas famílias, visando proteger as crianças e adolescentes da violação de seus direitos. O efeito negativo, por outro lado, diz respeito às regras genéricas e abstratas que tornam difícil uma atuação libertadora ou emancipadora dos direitos humanos desse grupo a partir de uma práxis concreta (LIMA, 2020).

As Políticas Públicas vêm, desse modo, como formas de concretizar o reconhecimento a esses direitos. Por isso, interseccionalizar a “raça” dentro desse debate é indispensável (Veronese et. al, 2020). Segundo Veronese e Souza (2020, p. 78) “Compreende-se por políticas públicas como instrumentos de ordem político-administrativa a serviço da população que visem aprimorar ou melhorar a sua qualidade de vida de modo geral”. Para Secchi (2013), as políticas públicas são caracterizadas por pelo menos dois aspectos fundamentais: a interseccionalidade e a resposta à um problema público.

A temática racial na área das Políticas Públicas é necessária quando se trata da infância e da adolescência, sendo o enfoque étnico-racial direcionado ao fortalecimento dos princípios da equidade e da não discriminação. A partir disso, deve possibilitar às crianças e aos adolescentes negros alcançar, de fato, o status de sujeitos de direitos, promovendo um equilíbrio racial na sociedade (VERONESE et. al, 2020).

O racismo estrutural afeta de forma visceral as crianças negras, contribuindo para a perpetuação da segregação e a negligência por parte do Estado brasileiro. Isso se deve ao fato de que o racismo estrutural tira da maioria das

crianças negras o direito à uma infância saudável e protegida. Essa privação é manifestada de diversas formas, tanto no âmbito da vida privada, quanto na vida pública, nos vínculos familiares, nas práticas religiosas, no acesso a bens e serviços, nas relações institucionais, nas ciências e nos territórios (Eurico, 2020).

As políticas sociais têm como foco principal atender aos mais pobres no que se refere ao exercício dos direitos humanos. Quando se fala em transversalidade de raça, é primordial considerar a luta antirracista e, desse modo, formular políticas públicas específicas que contemplem as necessidades das crianças e adolescentes negros (VERONESE et. al, 2020). Nesse sentido, além das políticas estabelecidas no âmbito federal a partir da Constituição Federal de 1988, do ECA e da Convenção sobre os Direitos da Criança, é preciso levar essa discussão à cenários mais específicos, como os aspectos regionais, a partir das políticas estaduais e municipais, considerando a grande diversidade socio-cultural brasileira.

## **Racismo e Políticas Públicas no município de Maringá**

Embora cerca de 54% da população brasileira seja constituída por pessoas negras e pardas (IBGE, 2020), até hoje, a luta para assegurar o acesso aos direitos básicos a esse grupo permanece constante. Diante desse contexto, a gestão dos municípios brasileiros precisa estar atenta à essas demandas, buscando sua viabilização por meio de políticas sociais direcionadas à melhoria das condições de vida da população negra.

A cidade de Maringá, estado do Paraná, possui uma população composta por cerca de 22% de pessoas pardas e 3% de pessoas negras (segundo o último censo do IBGE de 2010), com vistas a alcançar esses objetivos, o Secretário

Municipal Emmanuel Predestin afirma que: “O Município busca, constantemente, o desenvolvimento de políticas públicas que promovam a inclusão social, a garantia de direitos da população negra e valorização da cultura afro-brasileira” (PREFEITURA DA CIDADE DE MARINGÁ, 2021a, on-line).

Por meio de uma gestão compartilhada entre poder público e sociedade, os municípios têm a competência de elaborar políticas públicas conforme as necessidades (Barboza, 2006). Isso possibilitou que a atual gestão municipal da cidade de Maringá implementasse ações importantes, como a sanção de leis voltadas à inclusão racial. Uma dessas reserva 20% das vagas disponíveis no Programa Municipal de Bolsas de Estudo (Promube) para pessoas autodeclaradas negras. A outra destina, 15% das vagas de concursos públicos municipais a esse grupo (PREFEITURA DA CIDADE DE MARINGÁ, 2021).

Em 2014, a Câmara Municipal de Maringá aprovou a Lei nº 9.882, de 26 de novembro de 2014, que criou o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (COMPRIR) e o Fundo Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. O COMPRIR tem por função prestar apoio técnico, administrativo e financeiro à secretaria ou órgão municipal responsável pela execução das políticas públicas de promoção da igualdade racial. Conforme disposto em seu texto:

Art. 2. O Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial - COMPRIR tem por finalidade deliberar sobre as políticas que promovam a igualdade racial para combater a discriminação em razão da raça, reduzir as desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais, atuando no acompanhamento da implementação e fiscalização destas políticas públicas setoriais. (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ, 2014, on-line)

A Lei nº 9.882/2014 é composta por 25 artigos, subdivididos em VI capítulos, que estabelecem: I – Da Natureza e Finalidade; II – Da Competência; III – Da Estrutura e Do Funcionamento; IV – Da Conferência Municipal; V –

Do Fundo Municipal; e VI – Das Disposições Gerais. Já na Lei nº 10.024, de 19 de junho de 2015, que dispõe sobre o Plano Municipal de Educação (PME), o Art. 2., inciso III, traz como uma de suas diretrizes a “III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação” (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ, 2015, on-line). No inciso X desse mesmo artigo, estabelece como diretriz a “X – promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental” (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ, 2015, on-line).

Em um âmbito geral, as ações municipais são voltadas para reforçar os esforços para que as crianças e adolescentes tenham garantidos seus direitos. De acordo com a fala da chefe da Secretaria da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF) do estado do Paraná, Silvana Pazzetto, durante uma entrevista: “Avançamos na construção de políticas públicas para que elas tenham desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade” (Pazzetto, 2021).

## **Resultados e Discussão**

A cidade de Maringá é composta por uma população majoritariamente branca, com apenas 22% de pessoas pardas e 3% de pessoas negras. Até o momento da elaboração deste trabalho, não havia sido publicado nenhum estudo direcionado a temática sobre o racismo como propulsor da violação de direitos e limitação ao acesso ao sistema de garantias de direitos da criança e do adolescente no município. A partir das pesquisas realizadas em diferentes fontes de dados, foi encontrada apenas uma lei municipal específica com o objetivo de elaborar políticas públicas para a população negra: a Lei nº 9.882/2014, que criou o COMPRIR e o Fundo Municipal de Políticas de Promoção da Igual-

dade Racial. Apesar de não ser diretamente voltada a assegurar os direitos das crianças e dos adolescentes, ao logo de suas disposições, a Lei nº 9.882/2014 engloba esses grupos ao direcionar seus objetivos à toda população negra do município.

Embora Maringá seja vista por muitos como uma cidade aberta e pluralista, para o professor Walter Praxedes, coordenador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (Neab) da Universidade Estadual de Maringá (UEM): “Maringá é cidade racista onde a discriminação é praticada de forma velada, mas muito intensa” (O DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ, 2009). O termo “velado” significa escondido ou tão banalizado socialmente que não pode ser percebido. Em outras palavras, o racismo não é escancarado como em muitos lugares. Assim, mesmo nos dias atuais, o racismo continua inserido dentro da comunidade de forma implícita, constituindo obstáculos concretos no acesso à bens, serviços e direitos da população negra.

Para Praxedes, a visão de Maringá como uma cidade aberta e pluralista nada mais é do que um mito. O professor ainda afirma que “a prova da discriminação e do racismo da cidade está nas ruas, no comércio, nas empresas, nos órgãos públicos” (O DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ, 2009), locais onde a população negra ocupa lugares segregados. Segundo ele, é raro encontrar pessoas negras ocupando cargos mais elevados no município, como juízes ou outras autoridades de destaque na sociedade; ou até mesmo médicos, advogados ou jornalistas, por exemplo. Desse modo, o a discriminação velada acaba por impedir que o racismo seja combatido.

Em linhas gerais, assim como em todo o país, o racismo estrutural ainda é o fator predominante responsável pela violação de direitos na infância e pela limitação ao acesso ao sistema de garantias de direitos da criança e do adolescente no município. Este se torna, portanto, um dos principais desafios

para alcançar o fortalecimento do combate à discriminação racial e promoção da igualdade para crianças e adolescentes. Para superar esses obstáculos é essencial, no entanto, superar o racismo velado para, assim, direcionar o foco da discriminação racial à luz dos direitos humanos, orientado pela afirmação da dignidade e prevenção do sofrimento humano, vendo no outro um ser dotado do direito de desenvolvimento de suas potencialidades de forma livre, autônoma e plena, e merecedor de igual consideração e respeito.

## **Conclusão**

A população negra brasileira ainda vive sob intensa desigualdade social e política, tendo o racismo estrutural como pilar. Embora tenham ocorrido avanços significativos quanto a essa temática, as relações humanas entre os grupos étnico-raciais continuam sendo reproduzidas e perpassadas entre as gerações. As crianças e adolescentes são igualmente afetados pela segregação racial que caracteriza a sociedade contemporânea, tendo seus direitos e garantias fundamentais impactados.

A infância e adolescência, como períodos singulares nos quais o indivíduo constrói sua identidade e valores, são foco de muitas discussões, uma vez que os aspectos raciais que permeiam a realidade brasileira contribuem para que as crianças e adolescentes negros apresentem limitações quanto ao seu acesso às garantias fundamentais quando comparados aos brancos. É nesse contexto que as políticas públicas são inseridas como formas de reduzir essas desigualdades e possibilitar ao máximo que o acesso aos direitos ocorra de forma igualitária.

Considerando a grande diversidade sociocultural do país, tratar sobre políticas públicas em um âmbito mais específico se torna relevante. Assim, trabalhar, debater e acolher a temática do racismo estrutural na infância em nível municipal pode trazer dados relevantes para o seu avanço. A cidade de Maringá,



foco desta pesquisa, apresenta dados escassos sobre o acesso das crianças e dos adolescentes negros aos seus direitos e garantias fundamentais. A Lei Municipal nº 9.882/2014 é a principal norma responsável pelas políticas públicas de promoção da igualdade racial na cidade. Contudo, não aborda especificamente a infância e a adolescência.

O município apresenta uma porcentagem baixa de indivíduos negros e pardos e passa uma visão de ser uma cidade aberta e pluralista. Todavia, ao observar de forma mais crítica, é possível perceber o caráter implícito da discriminação racial, que acaba por afetar toda a população negra – crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos – contribuindo significativamente para que estes tenham seus direitos violados e que o acesso ao sistema de garantias de direitos seja limitado. Dessarte, é primordial trabalhar para romper o racismo velado e, conseqüentemente, o racismo estrutural ainda presente no município.

O desenvolvimento de estudos direcionados a responder as questões abordadas sobre a violação e a limitação dos direitos das crianças e adolescentes negros nos municípios são fundamentais para que se obtenha uma base na qual se espelhar, a fim de que políticas públicas adequadas e específicas sejam elaboradas para reduzir as desigualdades instituídas pelos aspectos raciais, ainda muito fortes na sociedade.

## **Referências**

ALMEIDA, S. L. **A inferiorização dos negros a partir do racismo estrutural**. Revista Direito e Práxis, v. 9, n. 4, 2018.

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. In: RIBEIRO, D. (Coord.). *Feminismos Plurais*. São Paulo: Pólen, 2019.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Editora LCT, 1981.



BAPTISTA, M. V. **Algumas reflexões sobre o sistema de garantia de direitos.** Serviço Social & Sociedade, v. 109, 2012.

BARBOZA, R. A. F. **A política de assistência a criança e ao adolescente em situação de risco e abandono na cidade de maringá 1990-2004.** 2006. 183 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Diário Oficial da União, Brasília, Distrito Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Diário Oficial da União, Brasília, Distrito Federal, 1990.

CAMARGO, C. L.; ALVES, E. S.; QUIRINO, M. D. Violência contra crianças e adolescentes negros: uma abordagem histórica. **Texto Contexto Enfermagem**, v. 14, n. 4, 2005.

CFP – CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relações Raciais:** referências técnicas para atuação de psicólogas/os. Brasília: CFP, 2017.

CHAUI, M. **Direitos humanos e educação.** In: CONGRESSO SOBRE DIREITOS HUMANOS, 8., 2006, Brasília. **Anais [...].** Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.pdfbooksdownloads.com/marilena-chai>. Acesso em: 10 mar. 2022.

CRENSHAW, K. **Demarginalizing the intersection of race and sex:** A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *The University of Chicago Legal Forum*, v. 140, p. 139-167, 1989.

EURICO, M. C. Tecendo tramas acerca de uma infância sem racismo. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 45, p. 69-83, 2020.

GESSER, M. Políticas públicas e direitos humanos: desafios à atuação do Psicólogo. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 33, 2013.

HASENBALG, C. A; SILVA, V. **Estrutura social, mobilidade e raça.** São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 1998.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de Capital Fetiche: Trabalho e Questão Social.** São Paulo: Cortez, 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas Sociais: População. 2020.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao.html>. Acesso em: 12 mar. 2022.

LIMA, F. S. **Infância, Racismo e Políticas Públicas.** In: VERONESE, J. R. P. (Org.). **Estatuto da Criança e do Adolescente – 30 anos: grandes temas e grandes desafios.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

MAIA, K. S. **Nascer e crescer negro no país do branqueamento: os efeitos do racismo na subjetividade infantil.** 2019, 145 p. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

MARCÍLIO, M. L. A lenta construção dos direitos da criança brasileira - Século XX. **Revista USP**, 1998. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Obras-recentemente-publicadas/a-lenta-construcao-dos-direitos-da-crianca-brasileira-seculo-xx-.1998.html>. Acesso em: 08 nov. 2021.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status.** Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

O DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ. **Maringá é uma cidade com racismo velado, mas intenso, acusa professor da UEM.** 2009. Disponível em: [https://www.geledes.org.br/maringa-e-uma-cidade-com-racismo-velado-mas-intenso-acusa-professor-da-uem/?gclid=CjwKCAjwuYWSBhByEiwAKd\\_n\\_kJB9H29SQZTH\\_kUeT8ODEKAEtyTtI0W1yc8Tu5aUdO29pQP2MpkehoCnDUQAvD\\_BwE](https://www.geledes.org.br/maringa-e-uma-cidade-com-racismo-velado-mas-intenso-acusa-professor-da-uem/?gclid=CjwKCAjwuYWSBhByEiwAKd_n_kJB9H29SQZTH_kUeT8ODEKAEtyTtI0W1yc8Tu5aUdO29pQP2MpkehoCnDUQAvD_BwE). Acesso em: 25 mar. 2022.

OLIVEIRA, I. S. **Trajetória histórica do abuso sexual contra criança e adolescente.** Brasília. 2006. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/2879/2/20161641.pdf>. Acesso em: 15 out. 2019.

PAZZETO, S. **Prefeitura tem programas para crianças e adolescentes em apoio ao ECA, que completa 31 anos.** 2021. Disponível em: <http://www2.maringa.pr.gov.br/sasc/?cod=noticias/38007>. Acesso em: 12 mar. 2022.

PREFEITURA DA CIDADE DE MARINGÁ. **Prefeitura de Maringá relembra os esforços pela igualdade racial na cidade.** Diretoria de Comunicação, 2021a. Disponível em: <http://www2.maringa.pr.gov.br/site/noticias/2021/11/19/prefeitura-de-maringa-relembra-os-esforcos-pela-igualdade-racial-na-cidade/38813>. Acesso em: 02 fev. 2022.

PREFEITURA DA CIDADE DE MARINGÁ. **Prefeitura tem programas para crianças e adolescentes em apoio ao ECA, que completa 31 anos.** Diretoria de Comunicação, 2021a. Disponível em: <http://www2.maringa.pr.gov.br/site/noticias/2021/07/13/prefeitura-tem-programas-para-criancas-e-adolescentes-em-apoio-ao-eca-que-completa-31-anos/38007>. Acesso em: 02 fev. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ. **Lei nº 9.882, de 26 de novembro de 2014. Cria o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – COMPRIR e o Fundo Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, e dá outras providências.** Maringá, 2014. Disponível em: <http://www2.maringa.pr.gov.br/sistema/arquivos/51fa0e2ffeb9.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ. **Lei nº 10.024, de 19 de junho de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação – PME e dá outras providências. Maringá, 2015.** Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/m/maringa/lei-ordinaria/2014/989/9882/lei-ordinaria-n-9882-2014-cria-o-conselho-municipal-de-promocao-da-igualdade-racial-compir-e-o-fundo-municipal-de-politicas-de-promocao-da-igualdade-racial-e-da-outras-providencias-2014-11-26-versao-original>. Acesso em: 25 mar. 2022.

RIBEIRO, D. **Pequeno Manual Antirracista.** Companhia das Letras: 2019.

SCHUCMAN, L. V. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, 2014.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SOARES, M. V. M. B. **Cidadania e Direitos Humanos.** Cadernos de Pesquisa, p. 39-46, 1998.

TRINDADE, J. D. L. **História Social dos Direitos Humanos**. 2. ed. São Paulo: Peirópolis, 2006.

UNICEF – **Fundo das Nações Unidas para a Infância. Convenção sobre os Direitos da Criança**: Instrumento de direitos humanos mais aceito na história universal. Foi ratificado por 196 países. 1990. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 01 fev. 2022.

UNICEF – **Fundo das Nações Unidas para a Infância. O impacto do racismo na infância**. Brasília: NCIEF/BRZ/João Ripper, 2010.

VERONESE, J. R. P.; SOUZA, C. M. **Direitos Humanos e Vulnerabilidades**. Florianópolis: Habitus, 2020.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da Violência**: Mortes Matadas por Arma de Fogo. 2015. Disponível em: [http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapa\\_Violencia2015.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapa_Violencia2015.pdf). Acesso em: 30 jan. 2022.

ZAMORA, M. H. R. N. **Desigualdade racial, racismo e seus efeitos**. Fractal: Revista de Psicologia, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/Qnm4D67j4Ppzvz3tfb4kwx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 jan. 2022.

# CAPÍTULO 4

## **ORÇAMENTO DO ESTADO DO PARANÁ: UMA DESCRIÇÃO DOS RECURSOS DESTINADOS PARA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR**

*Danielle dos Santos*

*Mônica Aparecida Bortolotti*

**Doi: 10.48209/978-65-5417-032-5**

### **Introdução**

A educação muda o mundo, todos os níveis de educação têm sua importância, a educação básica no Brasil é constituída de ensino infantil, fundamental e médio, os municípios devem priorizar a educação fundamental e infantil, os estados e o Distrito Federal devem priorizar o ensino fundamental e médio, e o governo deve garantir que todos tenham igualdade de oportunidade na educação.

Já o ensino superior, apesar de promover o desenvolvimento científico e tecnológico, ajudando no desenvolvimento da sociedade, o ensino superior é

considerado como educação escolar e não como uma educação básica no Brasil, porém os Estados e o Governo Federal vêm investindo no Ensino Superior e na Ciência e Tecnologia.

Para Caldarelli *et al.*, (2014) na universidade existe uma combinação de formação de pessoal qualificado a ser contratado pelo setor produtivo e a pesquisa científica, ou seja, informação científico-tecnológica, e as Instituições de Ensino Superior (IES) tem um papel importante no desenvolvimento das regiões brasileiras, pois dissemina novos conhecimentos e inovações.

Com a evolução da sociedade e o avanço da tecnologia, a busca por novas inovações está crescendo juntamente com a busca por profissionais qualificados, a mudança do perfil profissional faz com que até mesmo empresas invistam em qualificar melhor os seus colaboradores principalmente com o ensino superior.

Para Rolim e Serra (2009) as universidades sempre contribuíram para o desenvolvimento dos países e a preocupação com o desenvolvimento regional em torno das universidades se dá pela busca por inovação. Além disso, as universidades disponibilizam profissionais de qualidade, desenvolvimento de pesquisas, atividades culturais e serviços disponibilizados a poluição.

Já na ciência e tecnologia Souza (2012) diz que são escassos os recursos financeiros disponibilizados para o desenvolvimento de projetos de ciência e tecnologia, apesar de a produção de conhecimentos científicos e tecnológicos serem necessários para a solução de problemas econômicos e sociais.

A Ciência, Tecnologia e o Ensino Superior são partes importantes para o desenvolvimento da sociedade e da economia em seu entorno, com as tecnologias se modificando a cada dia, investir em ciência e tecnologia é investir no futuro, e investir em ciência e tecnologia é investir no ensino superior.

Rolim e Serra (2009) afirmam que as universidades sempre contribuíram para o desenvolvimento dos países, e recentemente teve-se a preocupação a respeito do papel das universidades no desenvolvimento regional, visto que elas são consideradas como potenciais alavancas para a economia regional. Já Caldarelli *et al.*, (2014) afirma que as universidades contribuem no desenvolvimento e na capacidade de um país em gerar e absorver inovações, pois com elas que são criadas as novas tecnologias que são atreladas à investigação científica e à produção de conhecimento.

Diante disso surgiu a dúvida de analisar quanto o Estado do Paraná tem orçado para a ciência e tecnologia e para o ensino superior onde grandes pesquisas são realizadas. A coordenadoria da ciência e tecnologia e do ensino superior do Estado do Paraná tem como competência estimular o desenvolvimento científico e tecnológico, diante disto analisar quanto o Estado do Paraná vem investindo é de extrema importância.

Levando em consideração a Lei nº 19.848/19 que cria a Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, antes denominada Secretaria do Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, será realizado uma análise para verificar se teve alguma alteração nos orçamentos, portanto o problema de pesquisa foi: Quanto foi orçado, e/ou investido em ciência e tecnologia e ensino superior no período de 2015 a 2020 no Estado do Paraná?

De acordo com Caldarelli *et al.*, (2014) as universidades estaduais paranaenses são os principais atores de geração de produção científica, oferta de ensino superior, e que possui a maioria dos recursos humanos de alta qualificação no estado do Paraná, levando em consideração o ensino e a pesquisa acadêmica.

Diante disto, este trabalho busca analisar quanto o Estado do Paraná investiu em Ciência e Tecnologia e no Ensino Superior no período de 2015 a



2020, analisando através dos orçamentos disponibilizados no portal da transparência do Estado do Paraná. A Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior é a responsável pela gerência desses recursos tão importantes para o desenvolvimento da sociedade.

Primeiramente foi realizado uma pesquisa documental acerca do orçamento público, dos investimentos em ciência e tecnologia e ensino superior e da Superintendência Geral da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI).

Que de acordo com Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) uma pesquisa documental é aquela que têm o documento como objeto de investigação, produzindo através da análise desses documentos produzir novos conhecimentos, criar formas de compreensão e mostrar como estes têm sido desenvolvidos.

Após foi realizado uma coleta dos dados orçamentários do Estado do Paraná através do portal da Secretaria do Tesouro Nacional por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro, com isso pode-se classificar a pesquisa como descritiva, pois foi utilizado de recursos e técnicas para quantificar os dados analisados. Conforme Nunes, Nascimento e Luz (2016) classifica a pesquisa descritiva como um estudo observacional, comparando seus similares, ou seja, propõe identificar, registrar e analisar as características, fatores ou variáveis que tenham relação com o fenômeno ou processo.

Foi coletado os recursos orçamentários empenhados da subfunção “12.364 - Ensino Superior” e função “19 - Ciência e Tecnologia” e os valores de suas respectivas subfunções “19.571 - Desenvolvimento Científico”, “19.572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia” e “19.573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico”.



## **Contextualização Teórica**

No período atual em que se necessita de mão de obra mais especializada no mercado, novas tecnologias e avanços científicos, como o Estado do Paraná através de sua Superintendência Geral da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) investe em ciência, tecnologia e ensino superior. Podemos analisar esses investimentos através dos Orçamentos Públicos que são executados em seus devidos períodos, e são planejados pela Administração Pública.

Diante disso a presente fundamentação teórica está dividida em conceituar a respeito da administração pública, orçamento público e a respeito da Superintendência Geral da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI).

## **Administração Pública**

Em conformidade com Trigueiro e Marques (2014) a Administração Pública tem como principal objetivo atender a necessidade da sociedade, ou seja, gerenciar os interesses públicos por meio da prestação de serviços públicos. Essa administração pode ser direta, sem personalidade jurídica própria e exercida pelo conjunto de Poderes União, Estados, Distrito Federal e Municípios, ou indireta, ao qual o Estado transfere a titularidade das funções para outras pessoas jurídicas.

A administração pública segundo Paludo (2013) tem como objetivo maior e primordial promover o bem comum para coletividade, ou seja, todo o aparato existente na administração pública como: estruturas, recursos, órgãos, agentes, serviços e atividades, devem ser utilizados da melhor forma possível para promover o bem para a coletividade.

Ainda de acordo com Paludo (2013) a administração pública possui as seguintes características principais, executora (executa as atividades priorizan-

do o bem-estar coletivo), instrumental (é um instrumento do Estado para desenvolver o país e dar melhores condições de vida a população), hierarquizada (há subordinação), competência limitada (apenas decide e comanda a área de sua competência), responsabilidade técnica (obedece normas jurídicas e técnicas), poder administrativo (tem apenas decisões técnicas, financeiras e jurídicas), dependente (a função administrativa depende das decisões do governo) e neutra (todos são iguais, não pode a administração favorecer/discriminar pessoas, políticos, região, entre outros).

De acordo com o Enape (2014) um dos meios que administração pública utiliza para planejar, programar, controlar e definir as metas para a população é através do orçamento público, este instrumento ajuda os governos a organizar seus recursos financeiros, ele deve ser apresentado pela finalidade dos gastos, facilitando a análise das políticas públicas.

## **Orçamento Público**

Os orçamentos públicos segundo a Constituição Federal (1988), é constituído pelo plano plurianual (PPA), pela lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e os orçamentos anuais – Lei Orçamentária Anual (LOA).

Para Paludo (2013) o planejamento, o orçamento, o controle e a gestão que se deve na administração pública se refere a esses instrumentos de planejamento e orçamento PPA, LDO e LOA. Neles é possível planejar como vai se dar a execução dos planos e programas, pois é de competência da gestão otimizar o funcionamento da organização mediante decisões racionais embasadas em informações confiáveis e relevantes.

Conforme Paludo (2013) o Plano Plurianual tem duração de quatro anos e nele são estabelecidas as diretrizes, os objetivos e as metas da administração

pública para despesas de capital e para os programas de duração continuada, sendo um planejamento de médio à longo prazo.

E Giacomoni (2012) afirma que o PPA é resultado do empenho de toda a administração pública, e com ele é possível orientar a elaboração dos demais planos e programas do governo.

Sendo de acordo com o Portal da Transparência do Estado do Paraná (2021a) o plano plurianual o responsável por instituir as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes, ou seja, é o planejamento que é realizado pela administração pública para quatro anos, que é realizado no segundo mandato do representado, no caso do estado do Paraná, o governador, e deve ser aprovado pelos deputados estaduais. No PPA é possível visualizar quais são os objetivos e metas da administração pública, com ele é seguido para a realização da LDO e a LOA.

De acordo com Paludo (2013) a Lei das Diretrizes Orçamentárias tem sua elaboração anual e tem como objetivo detalhar as metas e prioridades das administrações para o próximo ano, ela também orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual. Giacomoni (2012) afirma que “o poder executivo encaminha ao poder legislativo projeto de lei de diretrizes orçamentárias que, aprovada, estabelecerá metas, prioridades, metas fiscais e orientará a elaboração da proposta orçamentária.”

Já a Lei Orçamentária Anual em conformidade com a LDO e a PPA, estima as receitas e fixa as despesas da administração pública para o próximo ano, são expressos a alocação de recursos públicos, vinculando aos programas que constituem a integração do planejamento do orçamento.

Para Giacomoni (2012) a LOA é constituída por três orçamentos: fiscal, seguridade social e investimentos das empresas. Sendo o fiscal um dos princi-

pais por conta de sua dimensão, pois ele se refere aos Poderes, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta. O orçamento da seguridade social abrange entidades e órgãos a ela vinculados (saúde, previdência social e assistência social) da administração direta e indireta, além dos fundos e fundações. Já no orçamento de investimento das empresas é incluído os investimentos realizados pelas empresas em que o Poder Público, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social direito a voto.

E segundo o Portal da Transparência do Estado do Paraná (2021b) na lei de diretrizes orçamentárias é onde será definido as metas e prioridades da administração pública, e como serão realizadas as transferências de recursos e entidades públicas e privadas, ela é a base para se equilibrar as receitas e despesas, além de controle de custos e avaliação de resultados. Já a lei orçamentária anual é a responsável por prever receitas, fixar despesas e indicar programas e ações que serão realizadas no decorrer do ano. Nesta lei, deve conter projetos, atividades e operações especiais, com suas fontes de recursos.

Segundo Giacomoni (2012) após o planejamento dos orçamentos, entra a segunda etapa do processo orçamentário, onde o projeto de lei do orçamento é tramitado ao Poder Legislativo para aprovação. Após a aprovação a formalização ocorre com a decretação pelo Poder Legislativo, sanção pelo chefe do Poder Executivo e promulgação por um ou outro poder.

Os orçamentos são compostos por receitas e despesas, e demonstra para a sociedade quais são as prioridades do governo, estado ou município. Nele é possível observar quanto vai ser destinado para educação, saúde, segurança pública, manutenção da administração pública, entre outros.

Para Lima (2018) as receitas públicas são as estradas de recursos financeiros nos cofres do Estado, e podem ser classificadas em receitas orçamentá-

rias e extraorçamentárias. As receitas orçamentárias são os recursos financeiros para o erário e as receitas extraorçamentárias são apenas as entradas compensatórias. Assim também como as despesas podem ser divididas em despesas orçamentárias e extraorçamentárias.

As receitas e despesas são classificadas com relação à suas categorias econômicas, receitas correntes são aquelas provenientes de tributos, contribuições, exploração de patrimônio estatal, entre outros, e as receitas de capital são as provenientes de realização de recursos financeiros oriundos da constituição de dívidas, superávit do orçamento corrente, entre outros, já as despesas correntes são as de custeio e as despesas de capital de investimentos, inversões financeiras ou transferências de capital.

## **Superintendência Geral da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI)**

De acordo com a SETI (2021) a Superintendência Geral da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) foi criada no ano de 2019, após a Lei nº 19848/19, e tem como objetivo coordenar, implementar e executar políticas e diretrizes nas áreas da Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior para elevar o desenvolvimento da sociedade.

Conforme o Sistema Regional de Inovação Oeste do Paraná - SRI (2019) a criação da Superintendência Geral da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), após publicação da Lei nº 19.848/19, faz parte de uma reforma administrativa que foi proposta pelo então governador do Estado do Paraná, Carlos Massa Ratinho Junior, nesta reforma existe uma previsão de economia anual de R\$ 10,6 milhões aos cofres públicos, pois acontecerá uma redução de pastas e extinção dos cargos comissionados e funções gratificadas.

A Seti tem o compromisso de continuar investindo no aprimoramento das universidades estaduais por meio de programas e projetos estratégicos de governo e de interesse da sociedade, bem como no fomento das atividades da área de ciência, tecnologia e inovação.

Três eixos temáticos norteiam os novos programas e projetos coordenados pela Superintendência: Desenvolvimento Regional e Popularização da Ciência; Inovação e Competitividade; e Reestruturação da Gestão Administrativa.

Integram o Sistema Estadual de Ensino Superior as seguintes instituições: Universidade Estadual de Londrina, Universidade Estadual de Maringá, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Universidade Estadual do Centro-Oeste, Universidade Estadual do Norte do Paraná, Universidade Estadual do Paraná, e as instituições de educação superior, mantidas pelo Poder Público Municipal. Atualmente existem cerca de 95 mil estudantes regularmente matriculados nas universidades estaduais do Paraná. São 381 cursos de graduação, 304 cursos de especialização, 196 cursos de mestrado e 92 cursos de doutorado. Nesse sistema, atuam 7.685 docentes (90% com Mestrado e Doutorado) e 8.847 agentes universitários. (SETI, 2021, on line)

Conforme o SRI (2019) a Superintendência está vinculada à Governadoria do Estado e tem como objetivo permanecer com uma estrutura eficiente e moderna para atender a coordenação de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior, dois grandes eixos estruturais.

Conforme a SETI (2021) sua missão é formular, coordenar e apoiar políticas públicas que consolidem a inserção regional do Sistema Estadual de Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação para se ter um avanço socioeconômico do Estado do Paraná, e sua visão é ser conhecida como um órgão estratégico para melhoria da qualidade de vida dos paranaenses. Seus valores são a legalidade, moralidade, ética e integridade, excelência e efetividade, criatividade, cooperação e pluralidade.

Segunda a SETI (2021) seus objetivos são:

I – a coordenação, implementação e execução da política estadual referente às áreas de ciência, tecnologia e ensino superior, num processo de contínuo desenvolvimento em prol da sociedade paranaense;

- II – a promoção e definição de diretrizes nas áreas do desenvolvimento científico, tecnológico e do ensino superior;
- III – a coordenação do sistema estadual de informações em ciência e tecnologia;
- IV – a promoção da racionalização e do desempenho do ensino superior, em função das necessidades sociais, científicas e tecnológicas;
- V – o estímulo à ação que promova a qualificação de recursos humanos para a ciência e a tecnologia em todos os níveis;
- VI – a execução, a supervisão e o controle dos programas, projetos e ações relativos à educação superior;
- VII – o controle e a fiscalização do funcionamento das instituições pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino Superior, nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- VIII – o incentivo, o controle e a fiscalização das atividades de pesquisa e experimentação tecnológica e as relativas ao controle da qualidade e à prestação de serviços tecnológicos;
- IX – a coordenação do programa de residência técnica;
- X – o suporte técnico, administrativo e jurídico ao Conselho Estadual de Distribuição de Cadáveres - CEDC em apoio ao ensino e à pesquisa;
- XI – o apoio aos programas voltados à qualificação dos servidores públicos, por meio de cursos de graduação e pós-graduação lato e stricto sensu;
- XII – demais atividades correlatas.

Com isso, é possível observar que a Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior tem um grande papel em ser a principal responsável pela gerência desses dois grandes eixos, em um momento em que vemos a necessidade de melhores tecnologias, evolução da ciência e da pesquisa científica para melhora e evolução da sociedade.

## **Resultados e Discussão**

Os dados foram coletados no site do Portal da Transparência do Estado do Paraná da função “19 - Ciência e Tecnologia” e da Função “12 – Educação, Subfunção 364 – Ensino Superior. Os dados foram tabelados através da planilha Excel onde se pode analisar os dados coletados, foi analisado o período de 2015 a 2020.

Foram comparados os valores empenhados para Ciência e Tecnologia e Ensino Superior com o valor total empenhado no Estado do Paraná, foi selecio-

nado a análise desses valores empenhados, pois são os valores que garantem a existência de crédito necessário para a liquidação de um compromisso assumido.

Pode se observar com base na Tabela 1 que quando comparados os valores empenhados em ciência e tecnologia com os valores empenhados totais no Estado do Paraná, não se tem nem 1% do total empenhado no Estado para ciência e tecnologia, sendo 0,57% o maior valor investido que se deu no ano de 2016, e sendo em 2019 o ano em que se tem a menor porcentagem investido nesse período de 2015 a 2020, tendo apenas 0,40% empenhado para ciência e tecnologia. Tirando o ano de 2019 em todos os outros anos o valor empenhado para ciência e tecnologia em relação ao empenhado total no Estado do Paraná fica entre os 0,51% a 0,57%, como se pode observar na tabela 1.

TABELA 1 - Valores empenhados na Função 19 - Ciência e Tecnologia e Valores empenhados no Orçamento Geral do Estado do Paraná.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA EMPENHADO			PARANÁ TOTAL EMPENHADO
ANO	Empenhado (R\$)	% ORÇ.PR	Empenhado (R\$)
2015	R\$ 190.960.984,37	0,52%	R\$ 36.414.833.044,33
2016	R\$ 244.029.286,41	0,57%	R\$ 42.847.810.888,61
2017	R\$ 263.990.314,13	0,54%	R\$ 48.640.388.740,00
2018	R\$ 280.762.744,68	0,55%	R\$ 51.230.805.538,73
2019	R\$ 206.137.924,86	0,40%	R\$ 51.931.946.230,18
2020	R\$ 243.549.065,81	0,52%	R\$ 47.088.793.814,02
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 1.429.430.320,26</b>	<b>0,51%</b>	<b>R\$ 278.154.578.255,87</b>

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do Portal da Transparência do Estado do Paraná.



Já no ensino superior, quando se compara os valores empenhados para o ensino superior em relação aos empenhados para o Estado do Paraná tem se o ano de 2018 como tendo a maior porcentagem sendo de 5,33% e o ano de 2019 tendo a menor porcentagem sendo de 4,38%, do período analisado o valor empenhado para o ensino superior vai de 4,38% a 5,33%, tendo os anos de 2020, 2019 e 2017 não empenhado nem 5% em ensino superior do valor empenhado total no Estado do Paraná, como mostra a tabela 2.

TABELA 2 - Valores empenhados na Função 12- Educação, Subfunção 364 - Ensino Superior e Valores empenhados Orçamento Geral do Estado do Paraná.

ENSINO SUPERIOR EMPENHADO		PARANÁ TOTAL EMPENHADO	
ANO	Empenhado (R\$)	%ORÇ. PR	Empenhado (R\$)
2015	R\$ 1.878.455.075,55	5,16%	R\$ 36.414.833.044,33
2016	R\$ 2.257.732.074,52	5,27%	R\$ 42.847.810.888,61
2017	R\$ 2.337.036.951,93	4,80%	R\$ 48.640.388.740,00
2018	R\$ 2.730.117.116,00	5,33%	R\$ 51.230.805.538,73
2019	R\$ 2.272.668.409,24	4,38%	R\$ 51.931.946.230,18
2020	R\$ 2.333.948.350,99	4,96%	R\$ 47.088.793.814,02
<b>TOTAL</b>	R\$ 13.809.957.978,23	4,96%	R\$ 278.154.578.255,87

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do Portal da Transparência do Estado do Paraná.

Foi analisado também os valores orçados inicialmente na Lei Orçamentária Anual (LOA), pois esses valores são aqueles registrados inicialmente, ou seja, é o orçamento que o Estado do Paraná destinou inicialmente para cada função para o exercício anual, são os créditos iniciais previstos na LOA.

E foi analisado os valores orçados totais, que são a dotação inicial somada aos créditos adicionais abertos ou reabertos durante o exercício de referência, deduzidas das respectivas anulações e cancelamentos.

Comparando os valores empenhados com orçados para Ciência e Tecnologia, no ano de 2015 o orçamento inicial foi de R\$ 401.603.490,00 e o orçado total foi de R\$ 190.960.984,37, ou seja, o valor empenhado corresponde a apenas 47,54% quando comparado com o valor orçado inicialmente, sendo em 2015 o ano que teve o menor valor empenhado quando comparado com o orçado. Já nos anos de 2018 e 2019 os valores orçados inicialmente foram menores que os valores empenhados, como mostra a tabela 3.

TABELA 3 – Valores Empenhados, Orçados Iniciais (LOA) e Orçados Totais da Função 19 - Ciência e Tecnologia.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA			
ANO	Empenhado (R\$)	Orçado inicial - LOA (R\$)	Orçado total
2015	R\$ 190.960.984,37	R\$ 401.603.490,00	R\$ 321.522.772,00
2016	R\$ 244.029.286,41	R\$ 311.061.428,00	R\$ 290.557.006,00
2017	R\$ 263.990.314,13	R\$ 278.257.029,00	R\$ 349.242.716,00
2018	R\$ 280.762.744,68	R\$ 268.428.464,00	R\$ 302.272.907,00
2019	R\$ 206.137.924,86	R\$ 188.257.049,39	R\$ 218.445.912,00
2020	R\$ 243.549.065,81	R\$ 295.906.137,00	R\$ 258.888.146,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 1.429.430.320,26</b>	<b>R\$ 1.743.513.597,39</b>	<b>R\$ 1.740.929.459,00</b>

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do Portal da Transparência do Estado do Paraná.

Já no Ensino Superior os anos de 2015, 2016 e 2018 tiveram valores orçados inicialmente menores que os valores empenhados, e os anos de 2017, 2019 e 2020 com valores empenhados menores que os orçados inicialmente. Porém no ano de 2018 o valor orçado total é de R\$ 2.190.304.693,00, tendo como orçamento inicial o valor de R\$ 1.821.578.260,00, porém empenhado R\$ 1.878.455.075,55, conforme tabela 4.

No Plano Plurianual do Estado do Paraná 2016-2019, Lei nº 18.661, de dezembro de 2015, a SETI tem como programas finalísticos “08 - Excelência no Ensino Superior e “12 - Paraná Inovador”. No programa 08 - Excelência no Ensino Superior é descrito a importância do ensino superior para o desenvolvimento de informação e comunicação. Este programa busca melhorar os índices e consolidar a excelência das universidades no ensino de graduação e pós-graduação, pesquisa, extensão e cooperação técnico-científica, ampliando a sinergia com os municípios e promovendo o desenvolvimento regional, econômico e social.

TABELA 4 – Valores Empenhados, Orçados Iniciais (LOA) e Orçados Totais da Função 12- Educação, Subfunção 364 - Ensino Superior.

<b>ENSINO SUPERIOR</b>			
<b>ANO</b>	<b>Empenhado (R\$)</b>	<b>Orçado inicial -LOA (R\$)</b>	<b>Orçado total</b>
2015	R\$ 1.878.455.075,55	R\$ 1.821.578.260,00	R\$ 2.190.304.693,00
2016	R\$ 2.257.732.074,52	R\$ 2.241.422.470,00	R\$ 2.592.633.799,00
2017	R\$ 2.337.036.951,93	R\$ 2.419.266.909,00	R\$ 2.567.571.159,00
2018	R\$ 2.730.117.116,00	R\$ 2.305.172.849,00	R\$ 2.730.117.116,00
2019	R\$ 2.272.668.409,24	R\$ 2.555.574.791,00	R\$ 2.623.548.052,00

2020	R\$2.333.948.350,99	R\$ 2.384.656.745,00	R\$ 2.845.969.502,00
<b>TOTAL</b>	R\$1.429.430.320,26	R\$ 13.727.672.024,00	R\$ 15.550.144.321,00

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do Portal da Transparência do Estado do Paraná.

No programa 12 - Paraná Inovador tem como principal ponto o desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia no Estado do Paraná onde se concentram nas Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs), é descrito que p investimento em Ciência e Tecnologia é alto e produz pouco retorno social e econômico quando dissociado da inovação. Neste programa a principal forma de incentivar o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação é através de parcerias com o setor produtivo, instituições de ensino superior, instituições de pesquisa, organizações não governamentais e governos municipal, estadual e federal.

## **Considerações Finais**

Com base na análise realizada existe por parte do Estado do Paraná uma preocupação em investir na Ciência, Tecnologia e no Ensino Superior, e considera esses dois eixos importantes para o desenvolvimento regional, econômico e social, colocando em seus Planos plurianuais programas relacionados.

Porém ao ser analisado os dados os valores empenhados em ciência e tecnologia ficam com uma porcentagem média de 0,51% em relação ao total empenhado pelo Estado do Paraná, enquanto no Ensino Superior os valores empenhados ficam com uma porcentagem média de 4,96% em relação ao total empenhado pelo Estado do Paraná. Já quando é analisado os valores empenhados em relação aos orçados inicialmente pela LOA, e orçados totais, existe uma certa oscilação na função ciência e tecnologia que demonstra que é necessário uma certa análise a respeito da razão de os valores empenhados com relação aos orçados terem essa flutuação.

Em relação ao ensino superior os valores empenhados e orçados apresentam valores constantes, tendo apenas poucas variações quando se comparado com os valores empenhados e orçados da ciência e tecnologia. Diante disto, pode-se verificar o quanto o Estado do Paraná investiu em Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Para trabalhos futuros, seria interessante analisar quais são esses gastos e também comparar com outros estados.

## **Referências**

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 30 de nov. 2021.

CALDARELLI, Carlos Eduardo. *et al.* Análise de Indicadores de Produção Científica e Geração de Conhecimento nas Universidades Estaduais Paranaenses. **Teoria e Evidência Econômica**, 2020, n.43, p. 313-336, jul./dez.2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5335/rtee.v20i43.4595> Acesso em: 19 de fev. de 2022.

ENAPE, Escola Nacional de Administração Pública. (2014). **Orçamento Público**: Conceitos Básicos. Brasília, ENAP, 2014. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2170/1/Or%C3%A7amento%20P%C3%BAblico%20Conceitos%20B%C3%A1sicos%20%20M%C3%B3dulo%20%20%281%29.pdf>. Acesso em: 28 de nov. de 2021

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. São Paulo, Editora Atlas S.A., 2012. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbmxbmV0b2NvbmN1cnNlaXJvfGd4OjQyZD-M5M2NmNjBhYWVmNGU>. Acesso em: 28 de fev. de 2022.

LIMA, Diana Vaz de. **Orçamento, Contabilidade e Gestão no Setor Público**. São Paulo, Editora Atlas Ltda, 2018, ISBN: 978-85-97-01785-4. Disponível em: <https://ler.amazon.com.br/kp/embed?linkCode=kpd&asin=B07H7SMHKV&tag=ler-livros20&amazonDeviceType=A2CLFWBIMVSE9N&from=Bookcard&preview=newtab&reshareId=6M8W9NSS4D9GHGP7DQ6G&reshareChannel=system>. Acesso em: 01 de mar. de 2022.

NUNES, Ginete Cavalcante; NASCIMENTO, Maria Cristina Delmondes; LUZ, Maria Aparecida Carvalho Alencar. **Pesquisa Científica**: conceitos básicos. *Id on Line Multidisciplinary and Psychology Journal*, 2016, ISSN 1981-1179. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/390>. Acesso em: 31 de jan. de 2022.

PALUDO, Augustinho. **Administração Pública**. 3. Ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. Disponível em: <https://forumturbo.org/wp-content/uploads/wpforo/attachments/16228/1053-Administracao-Pblica-Augustinho-Paludo-2013.pdf>. Acesso em: 31 de jan. de 2022.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO ESTADO DO PARANÁ. **Plano Plurianual**. Paraná. Site do portal da transparência. Disponível em: <http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/assunto/2/25?origem=4>. Acesso em: 30 de nov. de 2021a.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO ESTADO DO PARANÁ. **Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias**. Paraná. Site do portal da transparência. Disponível em: <http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/assunto/2/62?origem=4>. Acesso em: 30 de nov. de 2021b.

TRIGUEIRO, Franciso Mirialdo Chaves; MARQUES, Neiva de Araújo. **Teorias da Administração I**. 3. Ed. Ver. Ampli – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2014. Disponível em: [https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/401253/1/Livro\\_Teorias\\_da\\_Administracao\\_I%20WEB%20atualizado.pdf](https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/401253/1/Livro_Teorias_da_Administracao_I%20WEB%20atualizado.pdf). Acesso em: 29 de jan. de 2022.

ROLIM, Cássio. SERRA, Maurício. Instituições de Ensino Superior e Desenvolvimento Regional: O Caso da Região Norte do Paraná. **Revista de Economia**, v.35, n.3 (ano 33), p. 87-102, set./dez, 2009. Editora UFPR. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/economia/article/viewFile/16710/11109>. Acesso em: 29 de jan. de 2022.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos; GUINDANI, Joel Felipe. **Pesquisa Documental**: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 2009, ISSN: 21753423. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351/pdf>. Acesso em: 30 de jan. de 2022.

SOUZA, Mario José. **Políticas Públicas para o Campo Científico: Um Estudo sobre o Fundo Paraná de Ciência e Tecnologia.** Maringá, Paraná. Universidade Estadual de Maringá, 2012. Disponível em: <http://www.ppp.uem.br/arquivos-dissertacoes/mario-jose-de-souza.pdf>. Acesso em: 30 de jan. de 2022.

SRI, SISTEMA REGIONAL DE INOVAÇÃO OESTE DO PARANÁ. **Seti passa a ser Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.** Paraná. Disponível em: <https://plataformasri.pti.org.br/noticias/seti-passa-a-ser-superintendencia-geral-de-ciencia-tecnologia-e-ensino-superior/>. Acesso em: 22 de jan. de 2022.

SETI, SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR. **Apresentação. Paraná. Site da SETI.** Disponível em: <http://www.seti.pr.gov.br/institucional/apresentacao>. Acesso em: 21 de jan. de 2022.

TRIGUEIRO, Francisco Mirialdo Chaves. MARQUES, Neiva de Araújo. **Teorias da Administração I.** 3. Ed. Ver. Ampli. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; Brasília, CAPES, UAB, 2014. Disponível em: [https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/401253/1/Livro\\_Teorias\\_da\\_Administracao\\_I%20WEB%20atualizado.pdf](https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/401253/1/Livro_Teorias_da_Administracao_I%20WEB%20atualizado.pdf). Acesso em: 28 de nov. de 2021.

## CAPÍTULO 5

# CRÉDITO RURAL: UMA ANÁLISE DO RECURSO SUBSIDIADO NOS ULTIMOS 10 ANOS

*Elizandra Petriu Gasparelo*

Doi: 10.48209/978-65-5417-032-6

### **Introdução**

A agricultura ocupa posição de destaque na economia e o desenvolvimento do setor tem um crescimento acelerado. Trata-se de uma das principais fontes de alimentos que abastece o mercado de muitas sociedades. Além disso, em muitos municípios, destaca-se como principal componente do gerando renda e movimentação econômica em outros setores como o comércio.

A preocupação as organizações mundiais em relação a disponibilidade de alimentos é um fator de constante discussão, pois de acordo com a estimativa a Organização das Nações Unidas (ONU), em 2050 a população mundial atingirá 9,7 bilhões de pessoas, um aumento de vinte por cento em relação aos 7,7 bilhões atuais.



O setor agrícola possui grande representatividade na economia, segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Secretaria de Política Agrícola (MAPA, 2019), o Brasil mantém sua produção agropecuária entre as mais prósperas do planeta, de acordo com o *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no censo de 2017, o setor do agronegócio representou 24% do Produto Interno Bruto (PIB), sendo distribuído em 71% do segmento em lavouras e 29% na pecuária, com representatividade para os grãos onde a soja é a lavoura com maior valor de produção do Brasil, seguido de cana-de-açúcar, milho e café.*

Apesar do alto grau de representatividade da agricultura, os desafios enfrentados pelos gestores do setor são imensos, se agravam e impactam na comercialização e na margem de lucro, desde os tradicionais fatores climáticos, até as oscilações ocasionadas pelas especulações do mercado de ações ou na variação de moedas internacionais como o dólar, transformar todo o cenário das decisões de produtos e serviços destinados a agricultura (BRAGAGNOLO; BARROS, 2015).

Muitos ainda são os fatores inesperados que mudam a demanda e o contexto do cenário do campo, pois os impactos podem ser causados tanto pelo cenário interno como pelo externo, como a recente e acelerada disseminação da pandemia do Covid-19, pelo mundo todo. A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA, 2020), em seu boletim reforça a importância das medidas para garantir que os produtores irão continuar produzindo com o intuito de garantir o abastecimento de alimentos para a população (CNA, 2020).

A política agrícola, consubstanciada no Plano Safra anualmente, trata-se de uma orientação da política econômica do governo federal, buscando estabelecer políticas e medidas econômicas, buscando observar a realidade Tendo em vista um panorama de desenvolvimento acelerado, conforme demonstrado

pelos indicadores no setor agricultura e da pecuária e as demandas pelas adaptações e as inovações tecnológicas necessárias para a subsistência do setor, se faz o seguinte questionamento: Os recursos disponibilizados pelo governo federal são suficientes para os investimentos do setor agropecuário?

O objetivo desse estudo consiste em analisar através de indicadores financeiros se os recursos disponibilizados para o setor agropecuário são suficientes para custear os investimentos e custeios do setor e qual o custo do recurso subsidiado para o governo federal. A relevância do estudo permite analisar e compreender a importância da agricultura e da pecuária para a economia do país e se os recursos anualmente disponibilizados pelo governo federal são suficientes para subsidiar os investimentos e quanto as alterações da política econômica influenciam nos indicadores.

A seguir apresenta-se o referencial teórico do estudo, para alcançar os objetivos propostos, serão apresentados os conceitos relacionados aos objetivos proposto, analisar através de indicadores financeiros se os recursos disponibilizados para o setor agrícola são suficientes para custear as investimentos e custeios do setor e qual o custo do recurso subsidiado para o governo federal. Na sequência apresentam-se a metodologia, a apresentação e a discussão dos resultados e a conclusão sobre o estudo.

## **Desenvolvimento**

### **Agricultura Brasileira**

A mudança tecnológica na agricultura foi responsável pelo crescimento do setor, a busca tecnológica alinhada com processo de capacitação, resulta em aumento da representatividade do setor e abastecimento. O processo de modernização tomou um ritmo acelerado, aperfeiçoando processos e a diversidade do

setor agrícola com o propósito de produzir alimentos para o mundo, que cada vez mais se preocupa com a escassez de alimentos.

As mudanças na política agrícola brasileira, teve início na década de 1950, onde o foco se voltava a expansão da fronteira agrícola e, por consequência, no aumento da produção de alimentos (BRAGAGNOLO; BARROS, 2015).

Para os autores Vieira Filho e Silveira (2012), a partir da década de 1960, são perceptíveis muitas mudanças no setor agrícola, onde os procedimentos rudimentares são substituídos por um progresso de inovação, seja nos desenvolvimentos de máquinas quanto em aperfeiçoamento genético resultando em ganhos de produtividade.

Crepaldi (1998) explanou a respeito da especialização da agricultura, assim como o aumento da industrialização dos produtos agrícolas e que esse processo continua sendo fundamental para o desenvolvimento do país, tanto para o consumo interno quanto para o aumento da balança de exportação, ainda segundo o autor a agricultura deve desempenhar papéis de produzir alimentos, matéria prima para a indústria e produtos para a exportação que agrega renda para o país, além desses fatores é fundamental dar condições de trabalho para os produtores rurais.

De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Secretaria de Política Agrícola (MAPA, 2019), de acordo com Balança Comercial Brasileira e Balança Comercial do Agronegócio em 2019, o agronegócio representou 43% das exportações totais do país. Em janeiro de 2020, os cinco principais setores exportadores do agronegócio foram: carnes (23,2% de participação); produtos florestais (16,3% de participação); complexo soja (15,1% de participação); complexo sucroalcooleiro (8,8% de participação); e fibras e produtos têxteis (8,8% de participação), (MAPA, 2020).

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU, 2008) por duas décadas, juntamente com o crescimento mundial da população a demanda por alimentos aumentou e o preço dos grãos subiu mesmo com o aumento da produção. A preocupação e as ações são contínuas, a (ONU), apresentou em 2015 os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), na oportunidade reunidos representantes dos países onde se definem novas estratégias, prioridades e demandas para melhorar a vida da população mundial com o tema Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Entre os 17 objetivos propostos, foi apresentado no objetivo 2, “Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável”. Segundo a ONU (2015), dentre os vários pontos estabelecidos no segundo objetivo, estão diretrizes de apoio a agricultura com o propósito de acabar com a fome até 2030 (ONU, 2015).

## **Políticas e Instrumentos de Crédito**

Os instrumentos mais abrangentes incentivados e regulamentados pelas políticas públicas destaca-se, o imobiliário e o agrícola. A *política agrícola* está inserida entre uma da linha mais conhecidas pelos créditos incentivados pelos recursos e políticas públicas. As normativas legais que regulamentam os créditos rurais, está Lei Agrícola (Lei nº 8.171/91), Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/64) e Lei do Crédito Rural (Lei nº 4.829/65) (BACEN, 2020).

Entre os principais instrumentos de crédito está constituída a política do crédito rural, para o Bacen (2020), o crédito rural é uma operação financeira concedida por instituições integrantes do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), para aplicação exclusiva nas finalidades e condições regulamentares. Seguindo as normativas do Banco Central, de acordo com as políticas e instrumentos de crédito rural, os recursos do crédito rural podem ser utilizados

para financiar custeio, investimento, Comercialização Industrialização quando efetuada por cooperativas ou pelo produtor na sua propriedade rural (BACEN, 2020).

A formalização do crédito rural operacionalizado pelas instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central, pode ser realizada por meio de alguns títulos de crédito: Sendo permitido a utilização da Cédula Rural Pignoratícia (CRP); Cédula Rural Hipotecária (CRH); Cédula Rural Pignoratícia e Hipotecária (CRPH); Nota de Crédito Rural (NCR); Cédula de Crédito Rural Bancário (CCB), (BACEN, 2020).

Para Da Silva Romero (2019), a partir da Constituição Federal brasileira de 1988, e sua regulamentação dos direitos sociais, principalmente direcionado a implementação da moradia urbana. Com esse marco regulatório dos direitos sociais, a Política de Habitação a qualidade de política pública foi oportunizada.

Os dois principais sistemas de financiamento imobiliário no Brasil, são o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e o Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI). As modalidades se aplicam para: aquisição, construção, reforma, ampliação, produção de imóveis e compra de material de construção. Os recursos do SFH e do SFI são captados principalmente em depósitos de poupança pelos bancos e outras instituições financeiras integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE). Além disso, no caso do SFH, os recursos também provêm do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), quando destinados para financiamentos imobiliários (BACEN, 2020).

### **Crédito Rural**

No Brasil os créditos subsidiados destinados a agricultura são controlados e regulamentados pelo governo, as políticas, recursos e fixação de juros para os financiamentos da atividade agropecuária. O poder público intervém na edição

de programas de renegociação de dívida e concessão de subsídios explícitos e implícitos e a definição do plano safra e os eixos traçados com o propósito de fomentar e orientar o segmento é direcionada pelo poder público (IPEA, 2019).

O setor agropecuário cresce em média 3,0% ao ano no produto interno bruto (PIB), nos últimos onze planos safras, em contrapartida a dependência do setor agropecuário ao crédito como principal fonte de financiamento é histórica e constitui um dos principais condicionantes para o crescimento (IPEA, 2019).

Paulani (2013. p. 93) explica o conceito sobre PIB “o que permite a mensuração de agregados como o PIB a transformação, em valores monetários, de toda a imensa gama de diferentes bens e serviços produzidos pela economia de um país”. Ainda segundo a autora, para conhecer a magnitude do PIB, é um importante conhecer as medidas do desempenho econômico de um país, pois todo o potencial de geração de renda e da produtividade relativiza-la pelo tamanho da população do país (PAULANI & BRAGA, 2013).

A regulamentação do crédito rural, “compete ao Conselho Monetário Nacional (CMN) disciplinar o crédito rural, cabendo ao Banco Central do Brasil (BC) coordenar e fiscalizar o cumprimento de suas deliberações, além de divulgar as respectivas Resoluções aprovadas pelo CMN” (BACEN, 2020).

De acordo com o Banco Central, disposto dentro do MCR prevê:

- 1 - O crédito rural pode ser concedido com recursos controlados e não controlados, segundo classificação estabelecida nesta seção, observada a remuneração financeira prevista na Seção 2-4. (Res 4.234)
- 2 - São considerados recursos controlados: (Res 4.234)
  - a) os obrigatórios, de que trata o MCR 6-2;
  - b) os das Operações Oficiais de Crédito sob supervisão do Ministério da Fazenda;
  - c) os de qualquer fonte destinados ao crédito rural na forma da regulação aplicável, quando sujeitos à subvenção da União, sob a forma de equalização de encargos financeiros, inclusive os recursos administrados pelo Banco

- Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);
- d) os da poupança rural, quando aplicados segundo as condições definidas para os recursos obrigatórios, de que trata o MCR 6-2;
- e) os dos fundos constitucionais de financiamento regional;
- f) os do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) (BACEN, 2016).

**Figura 1-** Fonte de recursos do Crédito Rural



Fonte: Mapa (2019).

Conforme determinação do Banco Central, os recursos destinados as fontes de recursos do crédito rural são advindas de diversas fontes do mercado financeiro. Na figura 1, detalhada abaixo apresentasse o percentual de recursos utilizados de cada fonte, para a Safra 2018/2019, sendo 22,1% de recursos obrigatórios, 31,3% da poupança rural, 16,5% da LCA, 10% dos fundos constitucionais, 9,1% do BNDES, 7,4% de recursos livres e 3,6% de outros recursos.

### **Plano Safra**

O Plano Safra, ou Plano Agrícola e Pecuário, é valido para doze meses, se iniciando em julho de cada ano e se estende até junho do ano seguinte. Trata-se de um instrumento de planejamento para auxiliar a agricultura, na qual são estabelecidas politicas e estimativas de recursos para os financiamentos agrícolas, o plano compreende três pilares, apoio à comercialização, gestão de risco rural e o crédito rural que possui uma relação direta com PIB agropecuário (IPEA, 2019).



Em sua carta de conjuntura o IPEA (2019) explanou a respeito da dependência do crédito tem tomado representativo crescimento, enquanto o saldo total do crédito no Sistema Financeiro Nacional (SFN) representava de 34,7% do PIB em 2007 e 47,7% em 2018, o saldo total do crédito rural, por sua vez, alcançava 78,2% do PIB agropecuário em 2007, saltando para 109,0% em 2018.

**Quadro 1** – Recursos Disponibilizados - Planos Safra 2009 a 2019 em bilhões.

Plano Safra	Recursos Disponibilizados do Plano Safra	% de aumento/redução em relação a Safra Anterior	Recursos Disponibilizados ao PRONAF
2010/2011	R\$ 100	8%	R\$ 13,3
2011/2012	R\$ 107,2	7,2%	R\$ 15,3
2012/2013	R\$ 115,25	7,5%	R\$ 18,6
2013/2014	R\$ 136,00	18%	R\$ 22,3
2014/2015	R\$ 156,1	14,7%	R\$ 24,1
2015/2016	R\$ 187,7	20%	R\$ 28,9
2016/2017	R\$ 183,8	-2%	R\$ 30
2017/2018	R\$ 188,4	2,44%	R\$ 31
2018/2019	R\$ 194,3	3%	R\$ 31
2019/2020	R\$ 222,74	12,76%	R\$ 31,22

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2020).

No quadro 1, foram evidenciados o montante total dos recursos disponibilizados e subsidiados para os planos safras dos últimos dez anos, evidencian-



do qual foi o aumento ou a redução quando comparados com o ano anterior. Também buscou-se elencar o montante de recursos disponibilizados exclusivamente as linhas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Essas informações foram identificadas através da consulta das cartilhas dos planos safras desse período. Podemos perceber que o montante de recursos tem aumentado na maioria dos períodos da análise, apenas com redução na safra de 2013/2014, porém é evidente que a cada ano o acesso tem sido cada vez mais escasso nos períodos de contratação. Os recursos disponibilizados ao Pronaf estiveram em constante crescimento até 2016 e desde então mantem-se em R\$ 31 bilhões destinados ao programa, através das diversas linhas para custeio e investimento que são alteradas e reformuladas a cada ano. Observa-se que em 2019, o montante total representa 14%, do total disponibilizado ao Plano Safra do período, mantendo o percentual de 13,3% de 2010. É notável que essa média de 13% a 16%, mantem-se ao longo dos dez anos em estudo.

O BNDES (2020) é um dos maiores bancos de desenvolvimento do mundo, fundado em 1952, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e, hoje, o principal instrumento do Governo Federal para o financiamento de longo prazo e investimento em todos os segmentos da economia brasileira. Busca em seu propósito apoiar empreendedores de todos os portes, inclusive pessoas físicas, na realização de seus planos de modernização, de expansão e na concretização de novos negócios, tendo sempre em vista o potencial de geração de empregos, renda e de inclusão social para o Brasil. O Sistema BNDES é controlado e regulado pelo governo federal e pelo Ministério da Economia e fiscalizado pelo Congresso Nacional Banco Central, Tribunal de Contas da União (TCU) e Controladoria-Geral da União (CGU) e recebe as políticas do Conselho Monetário Nacional (CMN), (BNDES, 2020).

## **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF**

No Brasil, o crédito rural, como instrumento de inclusão financeira, pode ser observado particularmente no âmbito do Programa Nacional de Favorecimento à Agricultura Familiar (Pronaf), criado pelo governo federal por meio do Decreto Lei nº 1.946, de 28 de junho de 1996. Atualmente, a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, como a Lei da Agricultura Familiar, estabelece diretriz para a política da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais (BACEN, 2010).

A operacionalização e a liberação dos recursos do Pronaf são realizadas pelos bancos públicos federais e os bancos cooperativos. O programa é considerado como programa de inclusão financeira, pois os beneficiários incluídos e que tomam recursos são àqueles que tradicionalmente não têm acesso aos serviços do sistema financeiro nacional (BACEN, 2011).

Segundo o (BNDES, 2020), o Pronaf se destina ao financiamento para custeio e investimentos em implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, visando à geração de renda e à melhora do uso da mão de obra familiar.

Schneider, Mattei e Cazella (2004, p.3), explanam sobre o programa PRONAF, cujo objetivo é o fortalecimento da agricultura familiar, através do apoio técnico e financeiro para promover o desenvolvimento rural sustentável. “Seu objetivo geral consiste em fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar; contribuir para a geração de emprego e renda nas áreas rurais e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares”.

A agricultura familiar e a empresarial apresentaram uma melhor performance no agronegócio. O aumento do crédito para pequenos e médios agricultores, permitiram o avanço da modernização no campo, tornando-se internacionalmente competitiva. Contribuiu a política de crédito implementada pelo governo. “Tal política, apesar da redução dos subsídios concedidos, permanece ofertando volumes expressivos de crédito ao setor a juros pré-fixados” (PINTOR; SILVA; PIACENTI, p. 12, 2015).

## **Análise e Discussão dos Resultados**

Nesta seção, são apresentadas as análises e discussões dos resultados obtidos propostas para o objetivo dessa pesquisa.

Com percepção no cenário econômico e agrícola, integrados aos indicadores financeiros e econômicos as análises se direcionam a contemplar o objetivo da pesquisa se os recursos disponibilizados para o setor agropecuário são suficientes para custear os investimentos e custeios do setor e qual o custo do recurso subsidiado para o governo federal.

Para a análise dos dados as informações econômicas foram coletadas em institutos de referência que divulgam os indicadores. Como os planos safras abrangem os últimos semestres do ano e o primeiro do ano seguinte, foram considerados para as comparações do primeiro ano do período de referência, visto que a maior concentração das liberações dos créditos agrícolas se refere a períodos do lançamento do plano.

A seguir apresenta-se o quadro 2, detalhado na abrangência dos últimos dez planos safra agrícolas que integram a análise desse estudo, com indicadores do percentual de crescimento do PIB Brasileiro, conforme dados disponibilizados pelo IBGE, participação do PIB do Agronegócio, detalhados pelo CEPEA,

em percentual e o montante total que o setor representa na economia brasileira evidenciando os indicadores da inflação média desse período.

**Quadro 2 – Crescimento do PIB e Inflação**

Período	Crescimento do PIB	Participação PIB Agronegócio	PIB Agronegócio (R\$ Milhões)	Inflação média Brasil (IPC) - ano
2010/2011	7,53%	21,6%	1.478.051	5,91 %
2011/2012	3,97%	21,0%	1.493.103	6,50 %
2012/2013	1,92%	19,4%	1.404.747	5,84 %
2013/2014	3,00%	19,2%	1.428.953	5,91 %
2014/2015	0,50%	19,1%	1.427.853	6,41 %
2015/2016	-3,55%	20,5%	1.484.066	10,67 %
2016/2017	-3,31%	22,8%	1.592.694	6,29 %
2017/2018	1,06%	21,3%	1.506.486	2,95 %
2018/2019	1,12%	20,8%	1.496.042	3,75 %
2019/2020	1,2%	21,4%	1.552.995	4,31%

Fonte: Elaborada pela autora com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020) e do Centro de estudos avançados em economia aplicada (CEPEA, 2019).

A partir da análise do quadro 2, pode-se afirmar que o setor do agronegócio possui uma participação significativa para a economia brasileira, nos últimos dez anos, apresentou em média 20,71% de participação no PIB total, e anualmente soma aproximadamente 1,5 trilhões de reais de renda provenientes do ramo agrícola e pecuário. Se compararmos os dados apresentados no quadro 1, que se refere aos recursos disponibilizados nos Planos Safra 2009 a

2019, podemos observar que o montante de crédito destinados ao crédito rural na maioria dos anos foi igual ou superior a inflação da média anual da inflação, que desde 2017, apresentou uma estabilidade ao cenário econômico.

A mesma afirmação se estende ao crescimento do PIB, pois mesmo havendo declínio em 2015 o aumento de recursos em comparação a 2014/2015 foi de 20% a mais que no plano safra de 2015/2016, porém em 2016 a retração do PIB em - 3,31% em relação ao ano anterior, impactando em 2% a menos que o ano anterior para os recursos subsidiados ao agronegócio. Nos próximos anos 2017 e 2018, voltou a ocorrer um aumento de 2,44% e 3%, respectivamente.

Em 2019 mesmo com um tímido aumento do PIB em 1,2% e a inflação 13% maior em relação a 2018, o setor do agronegócio teve uma evolução da representatividade do PIB, passando a representar em 21,4% o percentual do setor. Sobretudo percebe-se que o aumento de crédito destinado para o plano safra 2019/2020, está em 12,76% a mais que comparado ao período anterior, sendo R\$ 222,74 bilhões de reais, correspondente a 14,34 % do montante total da receita do agronegócio de 2019, um percentual relativamente baixo pela representatividade que o setor representou na economia no período.

Dando prosseguimento a análise dos indicadores, no quadro 3 apresentados na sequência, foram identificadas através do histórico do Banco Central do Brasil – Estatísticas Monetárias e de Crédito, extraindo informações anual de 2010 a 2019, e para alguns indicadores calculando a média do período entre pessoas físicas e jurídicas que tomaram crédito rural no período analisado.

O propósito dessas informações é evidenciar as oscilações das taxas e nas alterações que ocorrem no mercado financeiro refletindo nas políticas dos créditos rurais. De acordo com o Bacen (2019) Crédito Rural se refere as operações de crédito com recursos direcionados a partir de depósitos à vista e de poupança rural, nos termos do Manual de Crédito Rural.

**Quadro 3** – Taxas médias do mercado financeiro referente aos últimos dez anos. (% a.a.)

Plano Safra	Taxa de recursos livres <sup>1</sup>	Taxa Selic Nominal (média anual)	Custo médio de captação (anual)	Taxa média do Crédito Rural <sup>2</sup>	Taxa média recurso BNDES
2010/2011	31,10%	9,78%	10,8%	6,7%	6,75%
2011/2012	28,39%	11,61%	11,8%	6,7%	7,07%
2012/2013	36,05%	8,49%	7,3%	6,9%	7,6%
2013/2014	38,99%	8,21%	7,5%	6,7%	5,65%
2014/2015	43,95%	10,91%	8,6%	6,35%	7,65%
2015/2016	47,86%	13,29%	10,0%	8,05%	7,65%
2016/2017	52,30%	14,02%	10,0%	9,60%	9,5%
2017/2018	43,60%	9,97%	7,6%	9,8%	7,95%
2018/2019	39,03%	6,42%	6,5%	7,9%	8,6%
2019/2020	39,65%	5,95%	5,6%	7,25%	8,35%

Fonte: Banco Central do Brasil – Estatísticas Monetárias e de Crédito  
Elaboração autora (2020).

Ao analisar as taxas de recursos livres, segundo o Bacen, são taxas com tive definição de taxas na concessão de crédito, habitualmente nominadas pelas instituições financeiras de crédito comercial. No quadro 3, observasse que

1 Operações de Crédito com Recursos Livres correspondem aos contratos de financiamentos e empréstimos com taxas de juros livremente pactuadas entre instituições financeiras e mutuários. (BACEN, 2019).

2 realizado o cálculo médio da taxa de juros de pessoas físicas e pessoas jurídicas que acessaram o crédito rural no ano de pesquisa.

alguns anos taxas de até 85% superiores as do crédito rural. Em 2015 quando a média da taxa SELIC atingiu 13,29% a.a. e o custo médio de captação para operações rurais esteve em 10% a.a., a taxa média praticada em recursos livres foi de 47,86% a.a., obtendo uma diferença de 84% em relação a taxa média do BNDES 7,65%, para as operações de crédito rural.

A SELIC, é a taxa básica de juros da economia, é o principal instrumento de política monetária utilizado pelo Banco Central para controlar a inflação, é apurada na média das operações lastreadas em Títulos Públicos Federais (BACEN, 2020). Observando os percentuais, é evidente que o custo médio de captação, utilizado para calcular o montante do subsídio que balizado pela taxa SELIC do período.

A partir de 2017, houve uma redução de mais de 50% sobre a taxa SELIC, praticada de 2013 a 2016, com uma queda ainda mais brusca em 2019 e 2020, com objetivo de instigar o desenvolvimento da economia. Porém observe-se que nesse período as taxas média praticadas pelo BNDES não tiveram significativa redução, inclusive ocorreu um aumento de 2017 para 2018, certamente o custo com o subsídio com os planos tenha sido negativo para esses períodos, onde as taxas do crédito rural com repasses diretos do BNDES, foram superiores ao custo em que o dinheiro foi captado e balizado pela média da taxa SELIC do período.

No quadro 4, apresentado a seguir, trata-se do cálculo do subsídio do crédito rural, de 2010 a 2019, calculado com base no custo de captação, calculado sobre a taxa média operações BNDES, extraídos do quadro 3, com base nas informações obtidas no Bacen.

**Quadro 4** – Subsídio do Crédito Rural: Custo de captação *versus* taxa média operações BNDES (valores em R\$ milhões e taxas em % a.a.)

Plano Safra	Taxa média de captação	Taxa média do BNDES <sup>3</sup>	Taxa de subsídio <sup>4</sup>	Montante total destinado por Plano Safra (bilhões)	Valor total subsídio (milhões)
2010/2011	10,8	6,8	4,05%	100	4,1
2011/2012	11,8	7,1	4,73%	107,2	5,1
2012/2013	7,3	7,6	-0,30%	115,25	0,3
2013/2014	7,5	5,7	1,85%	136,00	2,5
2014/2015	8,6	7,7	0,95%	156,1	1,5
2015/2016	10,0	7,7	2,35%	187,7	4,4
2016/2017	10,0	9,5	0,50%	183,8	0,9
2017/2018	7,6	8,0	-0,35%	188,4	-0,7
2018/2019	6,5	8,6	-2,10%	194,3	-4,1
2019/2020	5,6	8,4	-2,75%	222,74	-6,1

Fonte: A autora (2020)

Sinício (2015) conceitua subsídio como sendo benefícios da geração de desenvolvimento econômico por meio da concessão de subsídio e custos da intervenção econômica no equilíbrio de mercado e estrutura produtiva. Mata (1982), se refere ao subsídio está relacionado ao impacto inflacionário nas décadas de oitenta e noventa. Ainda segundo o autor, os subsídios seriam parcialmente responsáveis pelas sucessivas emissões de moeda a que o governo recorre para cobrir seus déficits.

3 Taxa média do BNDES<sup>1</sup>, se refere ao montante anual de crédito rural pessoa física e pessoa jurídica.

4 Taxa de subsídio: Diferença entre o custo de captação e receita com base na taxa média do BNDES.



Observou-se que entre os anos de 2010 e 2016, ocorreu um impacto no montante destinado ao subsídio, calculado entre a média do custo de captação e a taxa média das operações do BNDES, mesmo ocorrendo um aumento no montante dos recursos destinados a agricultura, vem ocorrendo uma redução em relação ao custo das operações. Entre os anos de 2017 e 2019, os cálculos demonstram taxas negativas, ou seja, devido a redução do custo de captação dos recursos, em decorrência das significativas reduções da taxa SELIC.

Verifica-se que em relação ao PIB de 2019, segundo o IBGE (2019), PIB totalizou R\$ 7,3 trilhões, os recursos concedidos a agricultura correspondem a 3% do produto total da economia. Considerando a taxa medida de captação de 5,6% a.a., e as taxas médias aplicadas pelo BNDES foram de 8,4%, o desembolso do governo para tal finalidade foi de -2,75%. Mesmo considerando que estamos aplicando taxa média e que as linhas de crédito rural, possuem uma banda, e não aplicadas apenas em única taxa, entende-se que os gastos com o setor que representa em média 20,8% divulgada pela CEPEA (2019), do PIB total, não compreendesse a insuficiência de recursos para a agricultura ainda no primeiro semestre da abertura de safra.

No quadro 5, apresenta-se a diferença entre a média da taxa SELIC nominal e taxa média do Pronaf dos dez anos em estudo na sequência calculou-se a diferença da taxa calculada pelos dois indicadores, chegando ao percentual que precisa ser subsidiado pelo governo. Para a composição do quadro a média da taxa do Pronaf foi calculada entre a média de todas as linhas disponibilizadas no Plano Safra para a agricultura familiar através do Pronaf, incluindo todas as linhas do programa como Pronaf Custeio e Pronaf Investimento, com consulta nas cartilhas do plano safra.

**Quadro 5** – Diferença entre a média da taxa SELIC nominal e taxa média do Pronaf

Plano Safra	Taxa Selic Nominal (média anual)	Taxa Pronaf (média anual)	Diferença entre as taxas para subsídio
2010/2011	9,78%	2,6%	7,18%
2011/2012	11,61%	2,5%	9,11%
2012/2013	8,49%	1,8%	6,69%
2013/2014	8,21%	1,4%	6,81%
2014/2015	10,91%	2,4%	8,51%
2015/2016	13,29%	3,6%	9,69%
2016/2017	14,02%	4,1%	9,92%
2017/2018	9,97%	3,4%	6,57%
2018/2019	6,42%	3,4%	3,02%
2019/2020	5,95%	3,0%	2,95%

Fonte: Elaborada pela autora (2020) com base em dados do Bacen (2020) e no Plano Safra anual (MAPA, 2020).

Ao comparar os quadros 4 e 5, fica evidente que o percentual do subsídio destinado as linhas do Pronaf é superior os subsídios de todo o recurso os recursos destinados a agricultura. A taxa máxima de subsídio geral, somando todas as linhas foi de 4,73% em 2011, sendo que nas linhas de Pronaf o subsídio foi de até 9,92% em 2016. Mesmo considerando que do montante total do recurso destinado ao setor seja em média 15% para as linhas do Pronaf, que busca atender os agricultores familiares.

Verificasse ainda que os benefícios destinados para esse enquadramento são sim muito vantajosos, pois em 2017 a média da taxa de juro foi de aproxi-

madamente 70%, menos que a Taxa SELIC, a qual relativamente acaba baliando o custo da captação dos recursos que são destinados para as modalidades.

Ao analisar o constante aumento das taxas do Pronaf, verificou-se que a redução não ocorre com a mesma escala da SELIC, pois em 2015 sendo a média anual de 13,29% a taxa média do Pronaf foi de 3,6%, em 2018 a SELIC em 6,42% a taxa do Pronaf ficou em 3,4%. Essa consideração se torna relevante ao equipar a taxa de subsidio dos mesmos anos respectivamente, sendo de 9,69% para 3,02%. Com esses dados fica evidente que os gastos com as custas da agricultura familiar, repassados através do crédito rural tem reduzido significativamente, e a proporção de aumento de recursos não tem representado a mesma escala, pois o montante apresenta emparelhamento nos últimos quatro anos, ficando muito evidente a insuficiência para a demanda já no primeiro semestre do ciclo do período que abrange o plano safra.

Para Sinicio (2015, p. 6) ao analisar as estimativas do custo do crédito subsidiado no Brasil, explanou “relação ao PIB os recursos concedidos na forma de subsídio corresponderam de 2% a 4% do produto total da economia”.

Diante de todos os apontamentos, embasados por comparações de cálculos econômicos, compreendeu-se a representatividade do agronegócio para a economia do país e importância do setor e o cenário de incertezas que permeiam o mundo tudo em todos os segmentos e averbando ao propósito que a pesquisa se propôs.

## **Considerações Finais**

Este trabalho teve por objetivo analisar através de indicadores financeiros se os recursos disponibilizados para o setor agrícola são suficientes para custear os investimentos e custos do setor e qual o custo do recurso subsidiado para o governo federal, buscando comparar com o crescimento do setor agrícola em

relação a SELIC e também a inflação, assim como levantar o custo do crédito destinado ao crédito rural.

O Brasil através das atividades de pecuária, agricultura, contemplando os serviços e indústria dos agronegócios é um dos principais fornecedores de alimentos do mundo, que cada vez mais demanda da produção brasileira (POTTER, 2009 citado por LOPES, LOWERY; PEROBA, 2016).

Considerando a expectativa da ONU, da população mundial chegar a nove bilhões em 2050, estimando a capacidade de produção devido a extensão territorial dos estados brasileiros, que são destaque na produção e a demanda por alimentos produzidos no Brasil, pode-se afirmar que as políticas direcionadas ao setor ainda não contemplam a demanda do segmento.

De acordo com (IBGE, 2020), o PIB do Brasil em 2019, R\$ 7,3 trilhões, sendo que o PIB do agronegócio foi de R\$ 1.5 trilhões, ou seja 20,54% do PIB total. Sendo destinado através do Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento secretaria de política agrícola (MAPA), no plano safra 2019/2020 o montante de R\$ 222,74 bilhões, representando apenas 3% do PIB total e aproximadamente 14% do PIB do agronegócio de 2019. Examinando ainda a política monetária, a queda significativa da taxa SELIC, dos últimos anos, reduzindo assim o custo com a captação dos recursos destinados ao setor agrícola, ficando em alguns períodos com taxas negativas, isso significa que o governo federal reduziu o custo com o subsidio do crédito rural.

Ao analisar os dados, pode-se perceber que a representatividade apresentada pelo PIB nacional, que existe uma certa oposição nas ações governamentais no que se refere a quantidade de recursos disponibilizados para o setor da agropecuária, olhando pelo viés dos objetivos estabelecidos pela ONU, onde cada ente local deve fazer o seu papel para reduzir a escassez da produção de

alimentos e o fundamental papel da agricultura, gerenciada pelos empresários rurais, como o mais recente e aplicável exemplo da crise da COVID-19, espalhada pelo mundo, onde todos os seguimentos pararam ou reduziram suas atividades, com o propósito de frear a disseminação, mas a produção de alimentos não pode parar e demonstrou novamente a sua representatividade pelo mundo.

Diante de todos os apontamentos, apresentação e análise dos indicadores, através do estudo conclui-se que o setor do agronegócio possui representatividade significativa na economia do país. Sendo ainda um importante atributo que pode muito contribuir para resolver e prevenir problemas que afligem as principais organizações mundiais, como as políticas que se referem a produção de alimentos. As alterações para o setor têm necessidade de serem reformuladas, não somente ao montante total dos recursos, mas também os juros e as políticas aos limites máximos de financiamentos por produtor.

Conclui-se que os recursos agrícolas disponibilizados com subsídios e políticas governamentais estão longe da equiparação do montante que é investido na agricultura, com recursos desembolsados da reserva dos próprios produtores, ou custeados pelos seus fornecedores ou por outras linhas de recursos livres, na qual as taxas são elevadas, reduzindo assim a sua margem e a capacidade de produção.

## **Referências**

AQUINO, J. R.; SCHNEIDER, S. 12 Anos da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996-2008): Uma reflexão crítica. **Revista de extensão e estudos rurais**. V. 1, N. 2, P. 309-347, jul -dez (2011).

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Histórico**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww.bcb.gov.br%2Fhtms%2Finfecon%2Fnotas.asp%3Fidioma%3Dp>. Acesso em: 30 mar. de 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim Derop Crédito Rural e Proagro**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/boletimderop/>. Acesso em: 30 mar. de 2020.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). **Fontes de Recursos**. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/>. Acesso em: 04 abr. de 2020.

BRAGAGNOLO, C.; BARROS, G. S. C. Impactos Dinâmicos dos Fatores de Produção e da Produtividade sobre a Função de Produção Agrícola. **Rev. Econ. Sociol. Rural** vol.53 no.1 Brasília Jan./Mar. 2015.

CARVALHO, M. A.; SILVA, C. R. L. Taxa de juros um problema real para a agricultura. **Revista de Política Agrícola**. Ano XVII – Nº 1 – jan./fev./Mar. 2008

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA (CEPEA). **PIB do agronegócio brasileiro**. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>. Acesso em: 04 abr. de 2020.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade Rural**: Uma abordagem decisorial. São Paulo, Atlas, 1998.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL (CNA). **Boletim CNA: Impacto do Corona vírus**. (2020). Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/noticias/boletim-cna-impacto-do-coronavirus>. Acesso em: 30 mar. de 2020.

DA SILVA ROMERO, S. A trajetória histórica da política de habitação no Brasil: experiência do Serviço Social no Programa Integrado Socioambiental. **Trabalho de conclusão de Curso (Serviço Social)** - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Agricultura - Plano Safra e a política agrícola brasileira - **O Agronegócio tem peso expressivo na economia brasileira**. Disponível em: [www.ipea.gov.br/](http://www.ipea.gov.br/). Acesso em: 25 fev. de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Agricultura, pecuária e outros**. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: 25 fev. de 2020.

LEITE, S. P. Análise do financiamento da política de crédito rural no Brasil (1980-1996). **Estudos Sociedade e Agricultura**, 16 (abr.): 129-163, 2001.

LOPES, D.; LOWERY, S.; PEROBA, T. L. C. Crédito rural no Brasil: desafios e oportunidades para a promoção da agropecuária sustentável. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, n. 45, p. 155-196, jun. 2016.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA (MAPA) **Plano Safra 2010 - 2011, 2011-2012, 2012-2013, 2013-2014, 2014-2015, 2015-2016, 2016-2017, 2017-2018, 2018-2019, 2019-2020**. Disponível em: [//www.agricultura.gov.br/Acesso](http://www.agricultura.gov.br/Acesso) em: 6 fev. de 2020.

MATA, M. **Crédito rural**: caracterização do sistema e estimativas dos subsídios implícitos. *Rev. bras. Econ.*, Rio de Janeiro, 36 (3): 215-245, jul./set. 1982.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **A ONU e a alimentação**. Disponível em: [www.nacoesunidas.org/acao/alimentacao/](http://www.nacoesunidas.org/acao/alimentacao/). Acesso em: 07 jul. 2019, 2015.

PAULANI, L.; BRAGA, M. B. **A Nova Contabilidade Social**. 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Saraiva, 322 p. 2013.

PINTOR, E. SILVA; G. M.; PIACENTI; C. A. Crédito rural e crescimento econômico no **Brasil**. **Revista Política Agrícola**. Ano XXIV – No -1 – Jan./Fev./Mar. 2015.

PLATAFORMA AGENDA 2030. **Objetivo 02. Fome zero e agricultura sustentável**. Disponível em: [< www. nacoesunidas.org/pos2015/>](http://www.nacoesunidas.org/pos2015/). Acesso em: 07 jul. 2019, 2015.

SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, MORUZZI, P. E. (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre, p. 21-50, 2004.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF** – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. Porto Alegre, 2004.

SINICIO, M. O. **Estimativas do custo do crédito subsidiado no Brasil em 2011-2014**. Universidade de Brasília, Faculdade de Administração, Contabilidade E Economia. Brasília/DF, 2015.

VIEIRA FILHO, J. E. R.; SILVEIRA, J. M. F. J. Mudança Tecnológica na Agricultura: uma revisão crítica da literatura e o papel das economias de aprendizado. **Rev. Econ. Sociol. Rural** vol.50 nº.4 Brasília Out./Dez. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032012000400008>. Acesso em: 25 fev. de 2020, 2012.



# SOBRE OS ORGANIZADORES

## Mônica Aparecida Bortolotti



*Possui Bacharelado em Ciências Econômicas - Universidade Federal de Santa Maria - UFSM (2006); Bacharel em Ciências Contábeis - Cruzeiro do Sul (2020); Tecnólogo em Gestão Pública - Universidade Estadual do Oeste do Paraná -UNIOESTE (2021) Doutora em Políticas Públicas - Universidade Federal do Paraná - UFPR (2019); Mestrado em Extensão Rural - UFSM (2008); Mestre em Desenvolvimento Regional - Universidade Tecnológica do Paraná -UTFPR ( 2014); Pós - graduada em Educação Ambiental - UFSM (2011); e, MBA em Controladoria e Finanças Corporativas - Faculdade Futura (2021). Áreas de atuação: Contabilidade Social; Políticas Públicas; Políticas Agrícolas; Macroeconomia; e, Segurança Alimentar e Nutricional. Experiência em Instituições Públicas e Privadas; Núcleo Docente Estruturante (NDE); Conselho Departamental; Coordenação de Curso; Tutoria em Cursos de Educação à distância; Orientação de Estágio e Trabalho de Conclusão de Curso. Atualmente docente colaboradora do Departamento de Ciências Contábeis Unicentro/Irati.*

*E-mail: [monica\\_economia@yahoo.com.br](mailto:monica_economia@yahoo.com.br)*

## Sergio Ricardo Gaspar



*Professor de Administração na Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Mato Grosso (SECITECI) e Pesquisador-Associado da UFMT. Doutorando em Administração pela (FEI) linha de capacidades organizacionais; mestrado em Administração USCS (2017); pós-graduando (especialização) em Direito Público CERS (2021); pós-graduado (MBA) em Gestão de Contas Públicas USCS (2019); pós-graduado (especialização) em Docência do Ensino Superior PUC/RS (2018); pós-graduado (especialização) em Gestão Pública UNIFESP (2017); pós-graduado (especialização) em Gestão Industrial Farmacêutica USCS (2017); pós-graduado (aperfeiçoamento) em Gestão Pública UFMG (2015); graduado em Gestão Pública pela Fundação Getúlio Vargas (2014); graduado em Administração Pública pela Universidade Federal de Ouro Preto (2016); graduando em ciências econômicas pela Universidade Católica de Brasília. Sou componente dos grupos de pesquisa Projeto Gaia (Rede de cooperação para a sustentabilidade - UFMT, Unemat, Embrapa e Seciteci- Sinop) e Socioantropologia das Organizações da FEI/SP. Pesquisador associado ao Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS (Conjuscs); ex-pesquisador-associado da ESAF (2018) no Programa de Pesquisa em Finanças Públicas, Controle e Prevenção da Corrupção; ex-bolsista de iniciação científica da FAPEMIG (2014) e pregoeiro formado pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo. E-mail: profsergiorgaspar@gmail.com*

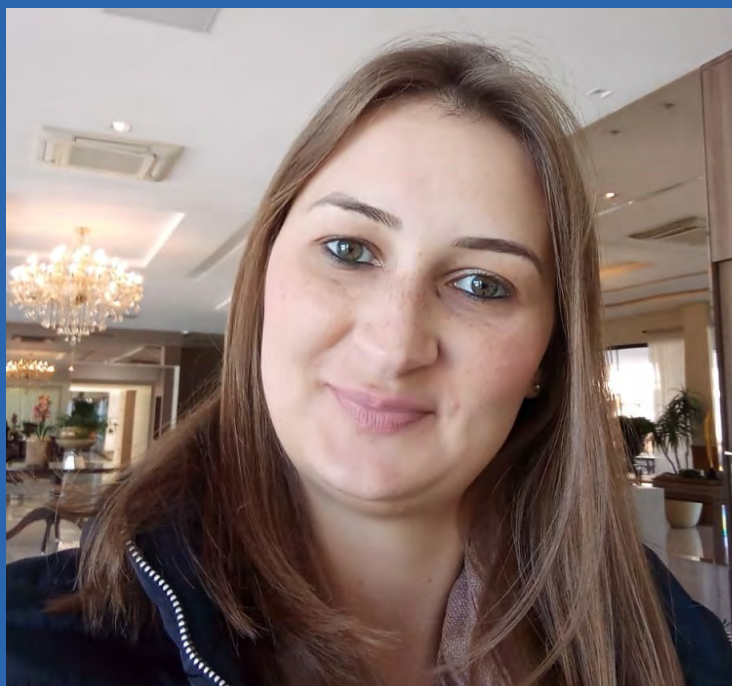
## Maricléia Aparecida Leite Novak



*Doutoranda no programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário da Universidade Estadual do Centro-Oeste (PPGDC-UNICENTRO). Mestre no programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário da Universidade Estadual do Centro-Oeste (PPGDC- UNICENTRO). Especialista em Auditoria e Controladoria pela UNICESUMAR e em Gestão Pública Municipal pela Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO. Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO. Professora colaboradora do Setor de Sociais Aplicadas, departamento de Ciências Contábeis na Universidade Estadual do Centro- Oeste- UNICENTRO, campus Irati. Áreas de interesse: Auditoria e Controladoria contábil; Contabilidade Gerencial; Contabilidade Ambiental; Gestão Pública, Empresarial e Ambiental; Interdisciplinaridade; Políticas públicas; Gestão de resíduos; Análise do impacto das atividades humanas no solo, na água e no ar; Educação ambiental; Sustentabilidade ambiental e Pagamento por serviços ambientais.*

*E-mail: [maricleia@hotmail.com.br](mailto:maricleia@hotmail.com.br)*

## Elizandra Petriu Gasparelo



*Mestrado em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGADM) pela Universidade Estadual do Centro Oeste (2019 a 2021). Cursando MBA - Executive Business In Leadership pela FranklinCovey Brasil (2021-2022). Especialista em Cooperativismo Solidário e Crédito Rural pela Unicentro (2016). Especialista em Gestão Financeira de Negócios pela Universidade Estadual do Centro Oeste (2014). Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Centro Oeste (2010). Possui Registro no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Paraná, PR. Certificação Anbima-CPA 10. Atua como Professora colaboradora da Universidade Estadual do Centro Oeste - Unicentro (desde 2016). Exerce a função de Gerente de Agência em Cooperativa de Crédito e Investimentos com atuação no Sistema Financeiro - Cooperativas de Crédito desde 2008.*

# **SOBRE OS AUTORES**

## **Cassiana Messias Machado Ribeiro**

Graduada em Administração (CESCAGE) e Especialista em Gestão Pública (UEPG). E-mail: cassianammr@gmail.com

## **Danielle dos Santos**

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual Norte do Paraná - UENP. E-mail: danielledsantos0@gmail.com

## **Elizandra Petriu Gasparelo**

Mestrado em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGADM) pela Universidade Estadual do Centro Oeste (2019 a 2021). Cursando MBA - Executive Business In Leadership pela FranklinCovey Brasil (2021-2022). Especialista em Cooperativismo Solidário e Crédito Rural pela Unicentro (2016). Especialista em Gestão Financeira de Negócios pela Universidade Estadual do Centro Oeste (2014). Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Centro Oeste (2010).

## **Gabriela Pereira Bernardo**

Bacharela em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá; Especialista em Gestão do Sistema Único de Assistência Social pela Unicesumar; Especialista em Gestão Técnica em Políticas Públicas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, Psicóloga Clínica Comportamental. E-mail: gabrielabernardo.psico@gmail.com

## **João Carlos de Melo**

Bacharel em Ciências Contábeis e Administração pela Universidade Estadual do Centro Oeste- UNICENTRO. Pós Graduado em Gestão Pública pela Universidade Estadual de Ponta Grossa -UEPG. E-mail: joaoc.melo@outlook.com



### **Maricléia Aparecida Leite Novak**

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO. Especialista em Auditoria e Controladoria pela UNICESUMAR e em Gestão Pública Municipal pela Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO. Mestre no programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário da Universidade Estadual do Centro-Oeste (PPGDC- UNICENTRO). Doutoranda no programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário da Universidade Estadual do Centro-Oeste (PPGDC- UNICENTRO).

E-mail: [maricleia@hotmail.com.br](mailto:maricleia@hotmail.com.br)

### **Marinês Taffarel**

Possui graduação em CIÊNCIAS CONTÁBEIS pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (1998), mestrado em Mestrado em Contabilidade pela Universidade Federal do Paraná (2009) e doutorado em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2015). E-mail: [marinestaffarel@yahoo.com.br](mailto:marinestaffarel@yahoo.com.br)

### **Mônica Aparecida Bortolotti**

Doutora em Políticas Públicas (UFPR), Mestre em Extensão Rural (UFSM), Mestre em Desenvolvimento Regional (UTFP) Bacharel em Ciências Econômicas (UFSM), Bacharel em Ciências Contábeis (Cruzeiro do Sul). E-mail: [monica\\_economia@yahoo.com.br](mailto:monica_economia@yahoo.com.br)

### **Sergio Ricardo Gaspar**

Mestre em Administração pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS); Especialista em Gestão Pública (Unifesp) e Docência do Ensino Superior (PUC/RS); Bacharel em Administração Pública (UFOP) e Tecnólogo em Gestão Pública (FGV), Professor-formador da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e docente na SECITECI/MT – ETE Sinop. E-mail: [profsergiorgaspar@gmail.com](mailto:profsergiorgaspar@gmail.com)

# ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS EM ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS

VOLUME I



[www.arcoeditores.com](http://www.arcoeditores.com)



[@arcoeditores](https://www.facebook.com/arcoeditores)



[/arcoeditores](https://www.instagram.com/arcoeditores)



[\(55\)99723-4952](https://api.whatsapp.com/send?phone=55997234952)



[contato@arcoeditores.com](mailto:contato@arcoeditores.com)

**ARCO**  
EDITORES